



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
CURSO DE BACHAREL EM BIBLIOTECONOMIA



KETLEN DE PAULA BRITO

**A ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E O
PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: proposta de uma revisão bibliográfica
sistemática**

RIO GRANDE
2023

KETLEN DE PAULA BRITO

**ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E O
PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: proposta de uma revisão
bibliográfica sistemática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, referente ao semestre 2/2022, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Helena Machado de Moraes

RIO GRANDE

2023

Ficha catalográfica

B862a Brito, Ketlen de Paula.

Acessibilidade nas bibliotecas universitárias e o profissional bibliotecário: proposta de uma revisão bibliográfica sistemática / Ketlen de Paula Brito. - 2023.

65 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI, Curso de Biblioteconomia, Rio Grande/RS, 2023.
Orientadora: Dra. Maria Helena Machado de Moraes.

1. Acessibilidade 2. Biblioteca Universitária 3. Bibliotecário
4. Pessoa com Deficiência I. Moraes, Maria Helena Machado de
II. Título.

CDU 027.8:721

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

KETLEN DE PAULA BRITO

**ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E O
PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: proposta de uma revisão
bibliográfica sistemática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da
Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como
parte das exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Helena Machado de
Moraes

Data de aprovação: __ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Helena Machado de Moraes - ICHI/FURG

Orientadora

Prof.^a Dra. Angélica C. D. Miranda - ICHI/FURG

Membro da banca

Bibliotecária Ma. Vanessa Santiago - SiB/FURG

Membro da banca

Bibliotecária Esp. Rita da Rocha Lemos Moraes - SiB/FURG

Membro da banca

Ao Cauã e Noah, obrigado por me ensinarem como é amar e por serem minha força para continuar!

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos às pessoas que em vários momentos no decorrer da graduação estiveram ao meu lado, cada um à sua maneira, me dando força, coragem e apoio.

Agradeço a mim mesma por ter tido forças para continuar, por não ter cedido quando tudo o que mais queria era desistir.

Aos meus pais, Mara e Djalma, sem o apoio e força de vocês não consigo imaginar o que seria de mim. Obrigado por sempre acreditarem em mim!

Ao meu irmão Linneker e minha cunhada Mariana, obrigado por darem vida aos seres humanos que mais me ensinaram sobre amor e coragem! Vocês são luz na minha vida!

Aos meus queridos amigos de longa data, João Pedro e Rafaella, obrigado por cada palavra de incentivo e por terem aturado todos os meus surtos! É bom saber que posso contar com vocês!

À minha melhor amiga, Lua, sem seus conselhos, apoio e incentivo, eu estaria perdida! Você é luz por onde passa!

Aos amigos que fiz dentro e fora da universidade, vocês são incríveis e me deram muito apoio para finalizar esta etapa da minha vida!

À minha querida orientadora Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Machado de Moraes, que me acolheu em todos os momentos que mais duvidei de mim mesma e que com toda a atenção e cuidado me orientou e ajudou a dar um passo de cada vez. Meus sinceros agradecimentos, Helena, você é foda!

À Prof. Dr^ª Angélica e as bibliotecárias Vanessa e Rita, pela presença na banca, pela disponibilidade e valiosas contribuições.

Aos colegas de curso que juntos compartilhamos as alegrias e dificuldades desse percurso.

Por fim, aos meus sobrinhos, Cauã e Noah, vocês são meu maior presente! Tudo será sempre por vocês!

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.”

(Paulo Freire)

Resumo

A presente pesquisa apresenta a análise da produção científica voltada à acessibilidade nas bibliotecas e o profissional bibliotecário. A acessibilidade é um atributo essencial que busca garantir a igualdade entre os indivíduos e é dever da biblioteca e do bibliotecário garantir que as PcD sejam incluídas dentro desse ambiente. O trabalho desenvolvido teve como objetivo de investigar a acessibilidade nas bibliotecas universitárias e o (a) bibliotecário (a) a partir da produção científica disponibilizada em diferentes bases de dados. Para alcançar o propósito dos objetivos, foi empregado como metodologia a revisão sistemática, que permite analisar e discutir o que está sendo pesquisado, e as bases de dados selecionadas para a revisão foram a BRAPCI, DOAJ, SciELO, BDTD e Portal Capes. A pesquisa identificou 35 trabalhos, dos quais 14 foram selecionados de acordo com os critérios pré-determinados (estar de acordo com a temática, ano de publicação entre 2010-2022, textos completos e devem ser artigos ou teses ou dissertações) para inclusão nesta revisão sistemática. A partir da análise dos documentos, foi-se apontado que as bibliotecas universitárias encontram dificuldades para adaptar seus espaços e acervos para a acessibilidade, pois dependem de verbas ou investimentos. Algumas bibliotecas optam por não acessibilizar, justificam que não há demandas, priorizando investir em outras áreas do local. Observou-se que muitos bibliotecários nunca tiveram contato com pessoas com deficiência e por conta disto não sabem como atendê-los, sendo necessário investimento na formação continuada voltada à acessibilidade. Assim como apontou-se que as bibliotecas universitárias oferecem produtos e serviços para os usuários com deficiência, mas normalmente são livros em Braille, alguns áudios livros, rampas, elevadores etc. Nesse sentido é primordial planejamento de produtos e serviços que os usuários com deficiência necessitam, pois, até mesmo digitalizar um livro para eles é um passo para a acessibilidade e inclusão. Conclui-se que ainda há um longo caminho a percorrer para acessibilizar as bibliotecas e os bibliotecários, mas é preciso ter consciência de que as pessoas com deficiência têm o direito ao acesso à informação e é dever da biblioteca e do bibliotecário fornecê-lo.

Palavras-chave: acessibilidade; biblioteca universitária; bibliotecário; Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This research presents the analysis of scientific production focused on accessibility in libraries and the professional librarian. Accessibility is an essential attribute that seeks to guarantee equality between individuals, and it is the duty of the library and the librarian to ensure that PwD are included within this environment. The work was developed with the objective of investigating accessibility in university libraries and the librarian from the scientific production available in different databases. To achieve the purpose, a systematic review was used as a methodology, which allows analyzing and discussing what is being researched. The selected databases were BRAPCI, DOAJ, SciELO, BDTD and Portal Capes. The search identified 35 papers, of which 14 were selected according to predetermined criteria (be in accordance with the theme, between 2010-2022, complete texts and should be articles or theses or dissertations) for inclusion in this systematic review. From the analysis of documents, it was identified that university libraries find it difficult to adapt their spaces and collections for accessibility, as they depend on funds and investments. Some libraries choose not to provide access, justifying that there are no demands, prioritizing investment in other areas of the site. He observed that many librarians had never had contact with people with disabilities and because of this they do not know how to assist them, requiring investment in continuing education focused on accessibility. As it was pointed out that university libraries offer products and services for users with disabilities, but usually they are books in Braille, some audiobooks, ramps, elevators, etc. In this sense, it is essential to plan products and services that users with disabilities need, because even digitizing a book for them is a step towards accessibility and inclusion. It is concluded that there is still a long way to go to make libraries and librarians accessible, but it is necessary to be aware that people with disabilities have the right to access information and it is the duty of the library and the librarian to provide it.

Keywords: accessibility; university library; librarian; Person with Disability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - As seis dimensões da acessibilidade	23
FIGURA 2 - Fluxograma da metodologia do trabalho	36
FIGURA 3 - Nuvem de palavras de acordo com os produtos e serviços encontrados nas produções científica analisadas... ..	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Documentos recuperados nas bases selecionadas.....	38
--	-----------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 1948 a 2000	25
QUADRO 2 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 2001 a 2010	26
QUADRO 3 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 2011 a 2017	28
QUADRO 4 - Critérios escolhidos para a inclusão e exclusão dos documentos recuperados.....	39
QUADRO 5 - Produções científicas selecionadas para a revisão sistemática	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AIPD** - Ano Internacional das Pessoas Deficientes
- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BRAPCI** - Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação
- BUs** - Bibliotecas Universitárias
- CBO** - Classificação Brasileira de Ocupações
- DOAJ** - *Directory of Open Access Journals*
- FEBAB** - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas
- IFLA** - Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
- IES** – Instituição de Ensino Superior
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais
- MEC** - Ministério da Educação
- ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PCD** - Pessoas com deficiência
- RI** – Repositórios Institucionais
- SciELO** - *Scientific Electronic Library Online*
- SNBU** - Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
- TA** - Tecnologias Assistivas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Questão de pesquisa	14
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivo Específico	14
1.3 Justificativa	15
1.4 Estrutura do trabalho	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 As bibliotecas universitárias no contexto da acessibilidade	17
2.2 Acessibilidade	24
2.3 O profissional bibliotecário	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Definição do universo e da amostra	39
4 ANÁLISE DE DADOS	40
4.1 Revisão sistemática dos trabalhos selecionados	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
ANEXO A – Documentos excluídos durante a seleção de acordo com os critérios de inclusão e exclusão	64

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um atributo essencial que busca garantir a igualdade entre os indivíduos. Ela vem com o objetivo de quebrar barreiras para que as Pessoas com Deficiência (PcD) possam fazer uso tanto de ambientes físicos quanto virtuais, além de promover uma melhoria na qualidade de vida e autonomia para essas pessoas.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi apresentada a terminologia correta, no qual as PcD têm algum tipo de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. (BRASIL, 2007, p. 16).

Em um lento processo de evolução, a nossa sociedade procura torna-se inclusiva, ao valorizar a diversidade humana e a importância de cada indivíduo para construir uma sociedade mais justa. De acordo com Sasaki (2006, p. 168) a “sociedade inclusiva garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios.”

Dentro dessa visão de sociedade inclusiva, as Bibliotecas Universitárias (BUs) exercem um papel de grande importância, pelo fato de serem responsáveis por fornecer aos seus usuários o acesso à informação que irá contribuir para a formação acadêmica, bem como, auxiliar a se tornarem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

As BUs são as responsáveis pela disseminação de informação nas universidades, além de darem suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar o avanço da tecnologia. Elas buscam oferecer produtos e serviços que se propõem a eliminar os marcadores de fronteiras entre a falta de acesso à informação e o conhecimento, contando com a presença do profissional bibliotecário. É, neste ambiente, que o mediador da informação precisa estar atento às necessidades de seus usuários, se empenhando em atuar em prol da inclusão social das PcD.

As PcD estão em todos os seus ambientes de direito e, ao estarem presentes nas universidades, fazem com que seja necessário discutir se a universidade, as bibliotecas e os bibliotecários possuem condições para recebê-los e atendê-los (as). “A realidade em que vivemos, dentro de um contexto globalizado, exige dos profissionais de todas as áreas melhor desempenho e mais eficiência” (SILVA; CUNHA; 2002; p. 80). Deste modo, o mediador da informação, sendo capaz de se

autoavaliar diante das mudanças que ocorrem no seu campo de trabalho, atuará de modo mais eficaz possibilitando a aquisição de novos conhecimentos.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo investigar a acessibilidade nas bibliotecas universitárias e o(a) bibliotecário(a) a partir da produção científica disponibilizada em diferentes bases de dados, como: Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e Portal Capes. Como definido na metodologia, foi realizada a revisão sistemática dos documentos selecionados e observou que a acessibilidade dentro das BUs e o (a) bibliotecário (a) ainda possuem um longo caminho a ser traçado. As produções científicas foram analisadas de acordo com o ano de publicação, o que permitiu notar que, com o decorrer do tempo, as BUs foram evoluindo no que diz respeito à acessibilidade, mas ainda é mínima as mudanças de acordo com os textos.

1.1 Questão de pesquisa

As BUs têm como objetivos disponibilizar serviços e produtos para seus usuários, independente se contam com alguma deficiência ou não, assim como os bibliotecários são responsáveis por garantir que todos seus usuários se sintam seguros e acolhidos dentro desses ambientes.

Por conta disso, o que está sendo pesquisado a respeito da acessibilidade nas BU e a formação do (a) bibliotecário (a)?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar a acessibilidade nas bibliotecas universitárias e o (a) bibliotecário (a) a partir da produção científica disponibilizada nas bases de dados BRAPCI, DOAJ, SciELO, BDTD e Portal Capes.

1.2.2 Objetivo Específico

- a) Pesquisar nas bases BRAPCI, BDTD, SciELO, DOAJ e Portal Capes a produção científica sobre o tema acessibilidade; bibliotecas universitárias e o bibliotecário (a);
- b) Apresentar, a partir dos trabalhos selecionados, as ações de acessibilidade que ocorrem nas bibliotecas universitárias;
- c) Apontar os serviços e produtos que são ofertados para a acessibilidade;
- d) Discutir, com base na literatura analisada, a formação do profissional bibliotecário (a);

1.3 Justificativa

A sociedade encontra-se em constante evolução e as BUs, enquanto um organismo em crescimento, buscam acompanhar o progresso tecnológico e social da comunidade que está inserida. E isso faz com que seja necessário discutir como as BUs se estruturam para melhor atender seus usuários com deficiência, assim como deve ser pauta nestas discussões a necessidade de profissionais bibliotecários que possuem algum tipo de formação voltada a este público.

A Lei de Acessibilidade (BRASIL, 2000, *online*) prevê os direitos de pessoas com deficiências, para que possam conviver em sociedade com os mesmos direitos que as pessoas sem deficiências. A intenção da lei é que eles tenham acesso a todos os lugares, informações e qualidade de vida, porém, nós enquanto sociedade, nos deparamos com uma realidade diferentes, poucos espaços acessíveis e acesso a informação limitada. Um exemplo básico é a ignorância de algumas pessoas ao estacionar em vagas de cadeirantes, enquanto 93% das vagas disponibilizadas são para pessoas sem deficiência e para pessoas com deficiências são 2% e para idosos 5% (BRASIL, 2004, *online*).

1.4 Estrutura do trabalho

O presente trabalho se divide em 5 seções e em alguns há subtópicos que auxiliam na apresentação do trabalho.

A introdução, que de forma resumida, apresenta o tudo que foi discutido no decorrer do trabalho. Apresenta-se o objetivo geral e específicos que norteiam as buscas das produções científicas produzidas nas bases de dados selecionadas.

O referencial teórico foi dividido em três subtópicos, que são: As bibliotecas universitárias no contexto da acessibilidade; A acessibilidade; e O profissional bibliotecário. Cada subtópico apresenta uma base bibliográfica para se orientar na apresentação da análise de dados e na conclusão do trabalho.

A metodologia do trabalho apresenta como o trabalho foi construído, sendo ele dividido entre a pesquisa qualitativa, a revisão sistemática, a pesquisa exploratória e descritiva.

A análise de dados foi a apresentação do que foi selecionado e lido para a construção do resumo sistemático, criando uma discussão e comparação do que cada autor (a) apresenta em suas produções científicas.

A conclusão foi a análise final de tudo que foi apresentado na análise dos dados, mostrando, se a acessibilidade nas BUs e a formação do (a) profissional bibliotecário (a).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As bibliotecas universitárias no contexto da acessibilidade

No decorrer do processo evolutivo da humanidade, a informação passou por diferentes tipologias e suportes, por exemplo o papiro, a prensa de Gutemberg, os primeiros periódicos até a informação em ambiente virtual. O homem vem através de séculos criando meios de garantir que seus registros, suas conquistas e que suas culturas sejam transmitidas para as gerações futuras. Para garantir que os documentos, informações, pinturas etc., produzidas fossem armazenadas e distribuídas de forma coesa, foram criadas as bibliotecas. (SANTOS, 2012)

Pouco se sabe do surgimento da primeira biblioteca do mundo, mas pode-se dar destaque às bibliotecas da Antiguidade e da Idade Média, como a de Nínive, a de Pérgamo, bibliotecas gregas, romanas, a biblioteca de Alexandria, as bibliotecas monacais, as bizantinas, bibliotecas públicas, particulares e por fim, as bibliotecas universitárias, que surgiram no fim da Idade Média. (SANTOS, 2012).

As universidades foram criadas entre os séculos XII e XV, o que ocasionou um aumento na demanda de livros para estudo. Por haver poucos recursos para produzir mais livros, a escolha foi abrir as portas das bibliotecas existentes. (SANTOS, 2012),

Em fins do século XIII, as Universidades fundaram suas próprias bibliotecas. A Universidade de Paris, chamada de Sorbonne, iniciou sua biblioteca com a doação dos livros de Robert de Sorbon. Outra importante influência para a criação das bibliotecas foi a crescente onda de leigos ricos e instruídos, nobres e mercadores para quem o patrocínio do saber e a posse de belos livros eram manifestação de status social, o que, no Renascimento, será uma característica primordial. (SANTOS, 2012, p.185).

As bibliotecas expandiram-se ao longo do tempo e “as bibliotecas estavam tão abarrotadas, tão cheias que, no final do século XIX, alguém seria facilmente levado a pensar na possibilidade de encontrar um volume de sua autoria nas estantes”. (BATTLES, 2003, p. 122). A produção de livros, artigos, periódicos etc., fez com que as bibliotecas ganhassem mais espaço e mais unidades pelo mundo.

A biblioteca era uma espécie de mosteiro, no qual uma pequena elite de textos marcava o ritmo das orações, balançava os turíbulos e entoava num cantochão o grande diálogo dos séculos. No século XIX, porém, a proliferação dos livros em gênero e número fez com que a biblioteca se transformasse de templo em mercado, de cânone em cornucópia. (BATTLES, 2003, p.122).

Ferreira (2001, p. 97) define a biblioteca como “[...] a coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, para estudo, leitura e consulta”. Edifício ou recinto onde ela se instala. Móvel onde se guardam e/ou ordenam livros”. Porém, sabe-se que as bibliotecas são mais do que ambientes que armazenam documentos, livros etc., elas são organismos vivos que estão sempre em crescimento.

Esse local labiríntico é, entretanto, e acima de tudo, uma instituição, onde se desenham desígnios intelectuais, realizam-se políticas de conservação, elaboram-se modelos de recolha de textos e de imagens. Mais que um edifício com prateleiras, uma biblioteca representa uma coleção e seu projeto. Afinal, qualquer acervo não só traz embutida uma concepção implícita de cultura e saber, como desempenha diferentes funções, dependendo da sociedade em que se insere. (SCHWARCZ, 2002, p. 120)

Assim sendo, as bibliotecas são ambientes de armazenamento e disseminação de informação, a partir das necessidades da sociedade, elas se adaptam e inovam para conseguir suprir suas demandas. Nesse contexto, para atender o que cada comunidade busca, a biblioteca se divide em diferentes tipologias, como pública, escolar, comunitária, especializada e universitária. (ARAÚJO; VILA, 2019, p. 3)

Na visão de uma sociedade inclusiva, a biblioteca exerce um grande papel ao oferecer para seus usuários o acesso à informação, que contribui com a formação de um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres. (MIRANDA, 2015, p. 23). E a BU, por ser uma disseminadora de informações, contribui para que a comunidade fomente pensamentos críticos, assim como influencia na formação acadêmica, pesquisas científicas etc.

As bibliotecas são denominadas conforme o público que atendem e quanto ao ente que as gerencia. Nesse sentido, exaltamos a biblioteca universitária, que faz parte de instituições de nível superior com o objetivo de apoiar o ensino, pesquisa e extensão.

Ferreira (1980, p. XXIII) conceitua a BU como “aquela que serve aos estabelecimentos de ensino superior, destinada aos professores e aos alunos, embora possa ser acessível ao público em geral”. Para Carvalho (1981, p. 55) as BUs são como bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (IES), em que, possuem a função de atender as necessidades de informação da comunidade acadêmica em relação às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 53) definem a biblioteca universitária como aquela que “é mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades

de informação dos corpos docentes, discentes e administrativo, para apoiar tanto as atividades de ensino quanto as de pesquisa e extensão”.

Para Nunes e Carvalho (2016, p. 179) as BUs são:

Instituições de ensino superior e estão voltadas para atender as necessidades de todos os membros da comunidade acadêmica da qual fazem parte, mas num processo dinâmico, onde cada uma de suas atividades não é desenvolvida de maneira estática e mecânica, mas com o intuito de agir interativamente para ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade.

Fujita (2005, p. 98) define as BUs como “um sistema de informação que é parte de um sistema mais amplo, que poderia ser chamado sistema de informação acadêmico, no qual, a geração de conhecimentos é o objeto da vida universitária”. A ideia de Fujita (2005, p.98) de que a biblioteca faz parte de um sistema mais amplo pode ser relacionado com Tarapanoff (1981, p. 1) que afirma que a biblioteca universitária é o resultado da sociedade à que pertence: às suas características e prioridades socioeconômicas e culturais. Por estar subordinada à universidade, a biblioteca universitária, reflete as características da IES.

Os conceitos apresentados colaboram no entendimento que as BUs são locais que representam a instituição, e que o objetivo é apoiar o ensino, pesquisa e extensão. Tornando-se parte da comunidade em que está inserida, indo além do ambiente de ensino, traz sua atenção para o acolhimento, a cultura e o lazer.

Como as BUs são unidades de informação, responsáveis pelo suporte informacional, que visa incentivar estudo e a pesquisa científica, elas vêm evoluindo no decorrer do tempo para atender não somente às necessidades de informação dos usuários, mas também progredir no campo tecnológico da informação, por conta da mudança comportamental dos usuários em relação ao universo digital em que estão a cada dia mais envolvidos.

Influenciadas pelo advento da internet na década de 90 do Século XX e a inserção das tecnologias de informação e comunicação nas universidades e na sociedade de uma maneira geral, as bibliotecas universitárias buscam também sua modernização, e as experiências passam a priorizar o uso dessas tecnologias no gerenciamento das bibliotecas e na elaboração e disponibilização de catálogos on-line, motivados pelas diretrizes lançadas pela *The International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) no fim do Século XX. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 188).

As BUs são essenciais para o ensino, a pesquisa e contribui para a produção do conhecimento científico. O papel que ela desempenha em prol do desenvolvimento tecnológico, científico, social e cultural está diretamente relacionado na função em que a universidade tem como agente catalisador e transmissor do conhecimento científico, resultante das contribuições dos docentes, discentes e pesquisadores.

A biblioteca universitária se relaciona no processo de ensino-aprendizagem, isto é, além de garantir acesso, disseminação, recuperação, preservação e socialização da informação para comunidade acadêmica, ela também auxilia cada usuário no processo de descoberta de sua habilidade de pesquisa, de realização e na construção de um pensamento crítico que garante o desenvolvimento de ideias próprias que geram conhecimento.

No contexto dos processos educacionais, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criado pelo Ministério da Educação (MEC) orienta em como o acervo das BUs devem ser organizados. Os processos avaliativos das BUs fazem parte da gestão do bibliotecário, onde o ambiente deve apresentar um acervo físico e/ou digital com uma bibliografia básica e complementar que estão indicadas nos planos de ensino das disciplinas norteadas pelos cursos da instituição.

Os grandes avanços tecnológicos fazem com que as bibliotecas, em geral, se mantenham em constante evolução para acompanhar as demandas da sociedade. Assim, as BUs se mantêm atualizadas para melhor atender todos seus usuários, desde manter o seu acervo atualizado com recursos físico e digitais, até implementar o uso das Tecnologias Assistivas¹ (TA) que facilitam o atendimento e o acesso à informação para os usuários com deficiências.

É papel das bibliotecas garantirem o acesso à informação, independente se elas forem pertencentes a órgãos da administração pública ou da iniciativa privada.

[...] o acesso à informação é um bem estratégico essencial, tanto para os sujeitos quanto para as organizações. Na perspectiva do sujeito, o acesso à informação está revestido dos conceitos de democracia e da possibilidade de participação igualitária e construtiva nas diferentes instituições e na sociedade civil, em suas mais variadas instâncias políticas. (COSTA; MOREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 94).

¹ [...] todo produto, equipamento, dispositivo, recurso, metodologia, estratégia, prática ou serviço que objetive promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (FRAZ *et al.*, 2019, p. 72)

Com o objetivo de tornar as BUs em ambientes mais acessíveis e inclusivos a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas (FEBAB) em conjunto com a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), vêm trabalhando com os planos da Agenda 2030 desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a implementação.

Ela se configura como,

[...] um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (AGENDA 2030, 2015, on-line).

A Agenda 2030² foi desenvolvida a partir dos objetivos da Agenda 21, que era sobre “o meio ambiente e o desenvolvimento em 1992, bem como a da Declaração do Milênio, a qual elencou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, com vistas à erradicação da pobreza do mundo” (COSTA; MOREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 93).

No âmbito da Agenda 21 o foco é o meio ambiente, já no âmbito da 30:

[...] o acesso à informação é uma das dimensões fundamentais aos sujeitos, haja vista os desafios presentes na chamada sociedade da informação/conhecimento, a qual tem nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) a essência das transformações tecno científicas em suas relações com a economia e a sociedade. Apesar das TIC impulsionarem as fronteiras do desenvolvimento da sociedade da informação/conhecimento, ainda se depara, na atualidade, com o contraste em relação ao acesso à informação pelas populações dos países periféricos, sobretudo aquelas pertencentes a grupos minoritários. (COSTA; MOREIRA; OLIVEIRA, 2021, p. 93).

As BUs possuem o compromisso de atuar nos processos relativos ao desenvolvimento sustentável e na construção de sociedades mais democráticas e inclusivas. A IFLA (2015, p. 5) se manifesta no seguinte aspecto sobre a promoção do acesso e uso da informação:

² Com a intenção de ter um melhor desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 apresenta 169 objetivos subdivididos em 17 metas globais, que abrangem temas relativos às pessoas, ao meio ambiente e às organizações. A agenda provoca as nações a agirem em prol dos interesses da coletividade, especialmente, dos mais pobres. (AGENDA 2030, 2015, *online*)

Ao demonstrar a contribuição que as bibliotecas fazem através de todas as Metas, as bibliotecas estarão em melhor posição para fazer parcerias com o governo e outros parceiros para implementar estratégias e programas nacionais que beneficiem os utilizadores das bibliotecas. O acesso à informação e às bibliotecas apoia a erradicação da pobreza, a agricultura, a educação de qualidade, a saúde, o acesso público às TICs e a prestação de serviços universais, a cultura, o crescimento econômico e todos os outros Objetivos.

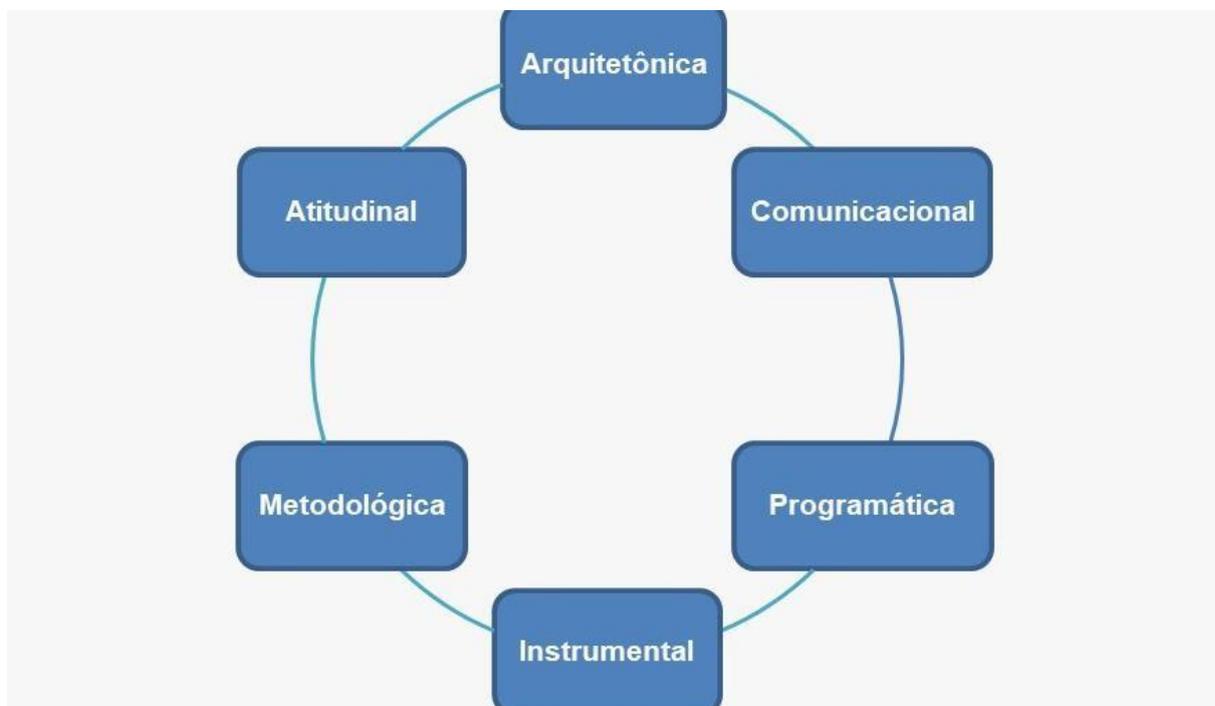
Sendo assim, entende-se que é uma necessidade que as BUs busquem ser bibliotecas inclusivas para que haja uma promoção à igualdade de acesso à informação, sem qualquer tipo de distinção. Se a biblioteca se apresenta como um ambiente inclusivo a todos, isso incentiva que as pessoas “[...] tenham autonomia para utilizá-la, ficam mais à vontade, adotem a biblioteca como um espaço prazeroso com a sensação de pertencimento ao espaço disponibilizado [...]” (TRESSINO; MORO, 2013, p. 14).

As BUs são ambientes democráticos que propiciam igualdade de oportunidades a todos os usuários, e para garantir isso, é necessário que o ambiente esteja em conformidade com as políticas públicas de acessibilidade. Além de que é preciso ter profissionais capacitados para atender os usuários que necessitem de atendimento específico, pois serão eles que atuarão como intermediários dos direitos ao acesso à informação.

[...] a biblioteca tem um papel essencial, haja vista que sua função principal é democratizar o acesso à informação e, nesse sentido, a acessibilidade deve ser uma preocupação de tal instituição, pois é um elemento que garantirá que todo o seu público alvo utilize e acesse seu espaço físico, serviços e a informação disponibilizada em seu acervo tradicional ou digital. Para tanto, é necessário que se tenha consciência das necessidades especiais de alguns usuários. (PORTELA; PORTELA, 2011, p. 15).

A acessibilidade nesse ambiente necessita ir além do espaço físico, é fundamental que elas tenham como base as seis dimensões da acessibilidade, conforme a Figura 1:

FIGURA 1 - As seis dimensões da acessibilidade de acordo com Sasaki (2006)



Fonte: a autora

A acessibilidade arquitetônica é a adequação de ambientes sem barreiras ou obstáculos para receber qualquer pessoa. A comunicacional é a ausência de barreiras que impeçam a comunicação, permitindo que usuários com deficiência visual, auditiva, por exemplo, obtenham acesso a qualquer informação do local. A metodologia são as técnicas e de trabalho sem barreiras. A instrumental é material que permitem seu manuseio com ausência de obstáculos, como os computadores. A programática é a aplicação das normas, leis, decretos e regimentos que respeitem e atendam às necessidades das pessoas com deficiência. E a acessibilidade atitudinal se refere ao tratamento aos usuários sem julgamentos, preconceitos, garantindo que seja um ambiente em que as pessoas sejam tratadas com respeito e dignidade.

Assim sendo, é possível verificar que a acessibilidade vai além de construir rampas, embora sejam fundamentais. A acessibilidade necessita ser aplicada em

[...] outras esferas como na transfiguração de ações rotineiras, em instrumentos profissionais, recreativos, no acesso à educação, cultura, esporte, informação, com compromisso e comprometimento na melhoria, permanência e na qualidade das pessoas que fazem parte da instituição. (FILGUEIRA *et al*, 2018, p. 28).

O usuário com deficiência necessita fazer uso de bibliotecas que lhe permitem realizar buscas ou fazer uso de computadores com TA, conseguir conversar com bibliotecários que conheçam a Língua de Sinais e, principalmente, se sintam acolhidos e seguros nestes locais.

De fato, são grandes os desafios a serem enfrentados para tornar as bibliotecas universitárias em locais totalmente acessíveis. Porém, os bibliotecários, enquanto mediadores da informação, podem ser agentes transformadores na sociedade, lutando para garantir que seus usuários com deficiência tenham a liberdade de se sentirem seguros para fazer uso do ambiente.

2.2 Acessibilidade

Ao longo dos séculos, em momentos distintos da história, as PcD lutaram e ainda lutam por seus direitos na sociedade. O olhar sobre eles vem se modificando ao longo dos anos, e isso ocorreu a partir do reconhecimento de seus direitos e o fortalecimento de políticas públicas. (MIRANDA, 2015, p. 27).

A evolução da exclusão para a inclusão ocorreu após lutas constantes, onde foi conquistado o lema “**Nada sobre nós sem nós** - difundido internacionalmente na luta contra a opressão sofrida pelas PcD, que só a partir do final da década de 70 puderam ser protagonistas de suas próprias histórias”. (MIRANDA, 2015, p. 27).

A opressão contra as pessoas com deficiência tanto se manifestava em relação à restrição de seus direitos civis quanto, especificamente, à que era imposta pela tutela da família e de instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.12).

A constante busca pelo reconhecimento de direitos deste grupo, fez com que houvesse discussões ao redor do mundo, e com isso, a ONU decidiu proclamar o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), em 1981, para discutir e defender os direitos das pessoas com deficiência. (MIRANDA, 2015, p. 28)

Nesse sentido, com a intencionalidade de conhecer a legislação que permeia o assunto, apresenta-se algumas das leis, acordos e tratados nacionais e internacionais conquistados pelas pessoas com deficiências.

No quadro 1 aponta-se o início das legislações que trouxeram um olhar inclusivo para as PcD.

QUADRO 1 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 1948 a 2000 (continua)

ANO	TÍTULO	ASSUNTO
1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes - ONU	Direitos das pessoas com deficiência
1976	Resolução nº 31/123 - ONU	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
1981	Declaração de Princípios	Equiparação de Oportunidades
1982	Resolução nº 37/52 - ONU	Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes
1983	Declaração de Cave Hill	Equiparação de Oportunidade
1985	Lei nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Estabelece direitos fundamentais e sociais da Pessoa Portadora de Deficiência
1989	Lei nº 7.853	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
1990	Resolução nº 45/91 - ONU	Propõe uma sociedade para todos até 2010
1993	Resolução nº 48/96 - ONU	Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência
1999	Convenção da Guatemala - OEA	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
1999	Carta para o Terceiro Milênio	Estabelece medidas para proteger os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pelo empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida

QUADRO 1 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 1948 a 2000 (conclusão)

1999	Decreto nº 3.298	Regulamenta a Lei nº 7.853/1989, que dispõe acerca da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
2000	Lei nº 10.048	Estabelece atendimento prioritário às peessoas portadoras de deficiência
2000	Lei nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das peessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

Fonte: Adaptado da autora Miranda (2017, p. 1671 - 1673)

Observa-se que a partir do ano de 1975 que as PcD começaram a ganhar espaço perante a sociedade, porém, mesmo após a Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência (1975), estas poucas conquistas ainda eram insuficientes. Visualiza-se que até o ano de 2000 as PcD já possuíam direitos declarados pela ONU, políticas internacionais e nacionais de integração, leis que garantem atendimento prioritário e normas e critérios básicos para promover a acessibilidade em estabelecimentos.

No Quadro 2, mostra-se leis, decretos e declarações feitas no decorrer dos anos de 2001 e 2010, que foram garantidas por conta das lutas constantes das PcD.

QUADRO 2 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 2001 a 2010 (continua)

2001	Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão	Sociedade Inclusiva
2001	Decreto nº 3.956	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
2002	Declaração de Madri	Estabelece parâmetro conceitual para as atividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência tanto em nível da União Europeia como nos níveis regional, nacional e local
2002	Declaração de Caracas	Estabelece o ano de 2004 como o ano das peessoas com deficiência e suas famílias almejando a vigência efetiva das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiências e o cumprimento dos acordos estabelecidos na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência
2002	Declaração de Sapporo	As peessoas com deficiência se opõem às guerras, violência e todas as formas de opressão, que causam deficiência por causa de minas terrestres e diversos tipos de destruição armada e tortura

QUADRO 2 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 2001 a 2010 (conclusão)

2002	Lei nº 10.436	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências
2004	Decreto nº 5.296	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
2006	Declaração da década (2006-2016) das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência - OEA	Tem por objetivo alcançar o reconhecimento e o pleno exercício dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência , e seu direito de participar plenamente da vida econômica, social, cultural, política e no desenvolvimento de suas sociedades, sem discriminação e no desenvolvimento de suas sociedades, sem discriminação e situação de igualdade com os demais (cidadãos e cidadãs)
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU	Direito das Pessoas com Deficiência
2008	Norma ABNT 15599	Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços
2009	Decreto nº 6949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
2010	Lei nº 12.319	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Fonte: Adaptado da autora Miranda (2017, p. 1671 - 1673)

Até o ano de 2000 as PcD conquistaram direitos mínimos enquanto cidadãos, mas isso não os desmotivaram a continuar a luta. No ano de 2001 a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão apresenta a Sociedade Inclusiva, reforçando os processos necessários de acessibilidade para as PcD. Nesse período até 2009 houve diferentes declarações, inclusive a declaração contra as guerras, que poderiam tornar pessoas sem deficiência em uma PcD por conta das minas terrestres. Nesse sentido houve poucos decretos que fossem direcionados a eles, mas as leis nº 10.048 e a nº 10.098 que garantiam critérios básicos para atendimento e acessibilidade nos estabelecimentos foram regulamentadas e se tornaram prioridade para essas pessoas.

Em continuação, no Quadro 3 apresenta-se os marcos legais obtidos no período de 2011 ao ano de 2017.

QUADRO 3 - Marcos legais da exclusão à inclusão social - legislação nacional e internacional de 2011 a 2017

2011	Decreto nº 7.612	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
2015	Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
2015	Norma ABNT 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
2016	Lei nº 13,409, de dezembro de 2016	Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino
2017	Decreto nº 9.034	Altera o Decreto nº 7824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
2018	Tratado de Marraqueche (Decreto nº 9522)	Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche

Fonte: Adaptado da autora Miranda (2017, p. 1671 - 1673)

No período de 2011 a 2017 foi decretado planos, leis e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para as PcD. Além de que, o governo nacional criou e decretou a lei que garante que essas pessoas possam ingressar em uma universidade federal. Com a análise de todos os quadros, é possível identificar que ao decorrer dos anos houve muito progresso, porém, mesmo com as leis, decretos, declarações etc., a sociedade ainda vive em passos lentos para incluí-los.

Nota-se que em alguns dos marcos legais apresentados destaca-se a terminologia utilizada no decorrer dos períodos: pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas com deficiência. A expressão utilizada atualmente é pessoa com deficiência, em que o termo foi consolidado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU):

Pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. Em oposição à expressão “pessoa portadora”, “pessoa com deficiência” demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a denominação. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.15).

É perceptível que as PcD participaram de diversos movimentos que desencadearam a criação de mais decretos, leis e declarações que possibilitaram uma melhoria na vida dessas pessoas. No entanto, no Brasil, somente em 2011 foi desenvolvido o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o que claramente demorou mais de 36 anos para ser desenvolvido depois da declaração feita pela ONU em 1975.

Historicamente, o Movimento das Pessoas com Deficiência foi criado por volta da década de 1970, com a junção de grupos compostos por pessoas cegas, surdas, com deficiências físicas e mentais, e defendia um modelo social que foi de grande avanço nas últimas décadas.

[...] a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. A sociedade cria barreiras com relação a atitudes (medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigmas, preconceitos), ao meio ambiente (inacessibilidade física) e a institucionais (discriminações de caráter legal) que impedem a plena participação das pessoas. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.14).

Os grupos que compunham o Movimento das Pessoas com Deficiência decidiram, por estratégia política, criar uma única organização de representação nacional, que foi a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

O impasse na efetivação dessa organização única surgiu do reconhecimento de que havia demandas específicas para cada tipo de deficiência, as quais a Coalizão se mostrou incapaz de reunir conseqüentemente em uma única plataforma de reivindicações. O amadurecimento do debate, bem como a necessidade de fortalecer cada grupo em suas especificidades, fez com que o movimento optasse por um novo arranjo político, no qual se privilegiou a criação de federações nacionais por tipo de deficiência. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 13).

Como o primeiro acordo de coalizão dessas pessoas não estava funcionando, foi necessário que fosse proposto outro arranjo que ajudasse a elaborar os conceitos em relação aos direitos das PcD, como exemplo, as rampas, guias rebaixadas, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma língua oficial etc. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.13)

A luta das PcD no decorrer desses últimos trinta anos permitiu que os conceitos sobre eles fossem alterados, criando uma base com uma nova perspectiva sobre a deficiência.

O modelo social defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência é o grande avanço das últimas décadas. Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. A sociedade cria barreiras com relação a atitudes (medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigma, preconceito), ao meio ambiente (inacessibilidade física) e institucionais (discriminações de caráter legal) que impedem a plena participação das pessoas. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14).

Diante da perspectiva da sociedade inclusiva, o MEC, em 24 de abril de 2007, criou o “**Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**”, a qual implementou o Decreto nº 5.296/2004, sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, designadas pela Constituição Federal como “portadoras de deficiência” (BRASIL, 2007). O Decreto nº 5.296, declara:

- a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;
- b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. (BRASIL, 2004).

O Decreto nº 7.612/2011 trouxe de forma mais profunda um diálogo sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, em que foi estabelecido diretrizes que asseguram um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem distinção e, com base na igualdade. (BRASIL, 2011).

Mas foi com o Decreto nº 9.034/2017 que regulamenta a Lei nº 12.711/2012, em que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, que as PcD realmente começaram a ocupar estes espaços (BRASIL, 2017).

Nota-se que as PcD são amparadas por legislações que buscam garantir seus direitos, mas ainda há um longo caminho a percorrer para tornar a nossa sociedade mais inclusiva. É preciso que se garanta que as leis sejam aplicadas em todos os ambientes, além de ser necessário garantir o acesso à educação e à informação para

que as pessoas sem deficiência reconheçam que as PcD possuem o direito ao seu espaço na sociedade.

2.3 O profissional bibliotecário

O bibliotecário é uma das profissões mais antigas do mundo, no qual os “guardiões” que armazenavam o conhecimento, eram do clero, porém, com o passar do tempo, se teve o reconhecimento da profissão e dos profissionais que a praticavam.

Battles (2003, p. 123) comenta que a “[...] imagem que definia o bibliotecário mudou. Em lugar de simplesmente custodiar, ele passou a prestar assistência”. O bibliotecário se tornou algo mais do que o “guardião” dos livros, se tornou o agente responsável pelo acesso à informação. Por haver diversas lutas e discussões para a profissão ser reconhecida, para atuar como bibliotecário se tornou necessário ser bacharel em Biblioteconomia.

As bibliotecas são espaços privilegiados, por guardarem os segredos acumulados da humanidade, usados como grandes centros de estudos, de troca de informação, educação e sociabilidade. Porém, no passado eram locais voltados à elite, o acesso à informação era restrito a quem possuía “poder”. Os bibliotecários, enquanto “guardiões” desses espaços, garantiam que o acesso fosse controlado ou até mesmo intocado. No constante processo de evolução da profissão e das bibliotecas, houve várias visões desse profissional, como: guarda dos livros, o humanista, o técnico ou o termo geral usado no século XXI, o mediador da informação.

Até o século XX, as atividades dos bibliotecários eram caracterizadas pelo silêncio, pela solidão, pela habilidade de organização do acervo e pelo amor à leitura. Foi a partir do século XX que este profissional deixou de ser, de acordo com Silveira (2008, p. 88), “encarado como um erudito que deve dominar todos os segredos contidos nos acervos de uma instituição do conhecimento, para se tornar um facilitador do acesso à informação”.

Pode-se dizer que, parte da evolução da profissão no Brasil, foi a criação do curso de Biblioteconomia por volta de 1910, na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Mas, mesmo com a criação do curso, só houve uma turma naquele período e depois só em 1963 que, finalmente, a profissão ganhou seu próprio curso. Mesmo

com a expansão e crescimento do curso, os bibliotecários começaram a criar movimentos de luta pela regulamentação da profissão no país, como exemplos:

- A) 1929 - é aprovado um currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia onde se observava uma grande influência do modelo americano, muito preocupado com a técnica.
- B) 1938 - fundação da primeira associação profissional: a Associação Paulista de Bibliotecas e sua posterior filiação à Federação Internacional de Documentação (FID) e à *Association of Special Librerie and Information Bureaux* (ASLIB);
- C) 1958 - a biblioteconomia é reconhecida como profissão liberal de nível superior;
- D) 1963 - a proposta de currículo mínimo, chegou ao Brasil com a criação do segundo curso de biblioteconomia do país pelo Instituto Mackenzie, hoje Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP);
- E) 1969 - é criada a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), que passaria a se chamar Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) e irá abrigar o curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional;
- F) 1975 - essa Federação entra em um processo para se tornar uma Universidade e em 1979 passa a se chamar Universidade do Rio de Janeiro e mais tarde Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). (LOURENÇO; DIAS, 2015, p. 4).

Em 1962 foi criada a Lei nº 4.084/1962, em que traz o reconhecimento da profissão e regulamenta seu exercício, a partir do Decreto nº 56.725/1965. Já em 1986, a Lei nº 7.504/1986 alterou o art. 3 da Lei nº 4.084/1962, em que permite que os bibliotecários, possam atuar na administração pública federal, estadual ou municipal. E por fim foi criada a Lei nº 9.674/1998, que garante que para exercer a profissão, deve-se ser graduado e ser registrado no Conselho Regional. (CRB10, *online*)

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) denomina que os bibliotecários disponibilizam

[...] informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (BRASIL, 2010, *on-line*).

O profissional bibliotecário brasileiro está preparado para atuar em todos os processos de uma biblioteca. Observa-se que há disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Biblioteconomia, voltadas para processamento técnico. Mas, mesmo com todo esse contato com a área técnica, o bibliotecário também tem

disciplinas que possibilitam um olhar mais sensível para um todo, lhe dando a possibilidade de trabalhar como um agente de transformação social.

O profissional acompanha a evolução das bibliotecas de acordo com a sociedade e, conseqüentemente, ele precisa se dividir entre o bibliotecário, social e tecnicista. E, talvez, esse seja um dos maiores e mais esperados desafios da profissão, o olhar mais receptivo para com seus usuários.

O bibliotecário atua em três eixos complementares da profissão: a formação técnica, humanística e a prática. Pois, isso faz com que ele busque atuar através de contatos com públicos de diferentes contextos e realidades (FLUSSER, 1983). As disciplinas humanistas realizadas no período de graduação, permitem que o profissional tenha esse maior cuidado com seu usuário, como a “Biblioteconomia Social” que traz enfoque em questões sociais.

A Biblioteconomia Social de acordo com Santa Anna (2018) é a necessidade de inserir a preocupação com o social no cotidiano do profissional bibliotecário. O enfoque social é um segmento de atuação que “[...] perpassa por inúmeros contextos, sustentado por projetos sociais inovadores e que não se limitam aos espaços físicos da instituição, desde que objetive a construção da prática cidadã, rumo a uma sociedade integralmente inclusiva [...]” (SANTA ANNA, 2018, p. 21).

Assim, múltiplas atividades podem ser pensadas com esse propósito, perpassando desde o potencial da leitura e da educação para as pessoas, até contextos de vulnerabilidade, junto aos grupos mais desfavorecidos e/ou em situações de risco, como também, abranger as intervenções realizadas no âmbito político, haja vista o fortalecimento, legitimidade e reconhecimento da profissão na sociedade. (SANTA ANNA, 2018, p. 21).

É possível perceber que o bibliotecário não é somente o mediador da informação, mas também um agente de transformação social, por cumprir com as determinações estabelecidas pelos órgãos nacionais e internacionais, garantindo que haja melhorias que podem ser realizadas nos contextos dos municípios onde o profissional exerce a profissão. Ferreira e Chagas (2016, p. 85) alegam que, esse profissional, no contexto da acessibilidade, tem como missão “[...] exercer o papel de despertar uma consciência inclusiva contribuindo para a percepção e transformação do espaço no qual está inserido”.

No contexto atual, é possível notar que há bibliotecários focados no processamento técnico da biblioteca, mas, mesmo que eles estejam “por trás” da

organização e conseqüentemente, longe dos usuários, isso não impede que ele acompanhe as necessidades e tenha interação com os usuários com deficiência. Estes bibliotecários “mais reservados” também são responsáveis por garantir que a biblioteca tenha catalogada e liberado para as PcD itens de acessibilidade que permite o uso da biblioteca.

Mesmo com um olhar aprimorado para as PcD, o bibliotecário pode encontrar diferentes barreiras que o impedem de tornar seu ambiente de trabalho um local de referência em acessibilidade. Essas barreiras têm como exemplo: infraestrutura, recursos humanos e principalmente recursos financeiros. E, acredita-se que é preciso investimento e interesse para que a acessibilidade e a inclusão aconteçam de fatos nesses ambientes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Etimologicamente, ciência significa conhecimento, em que o termo ciência vem do verbo em latim *Scire*, que significa aprender, conhecer. Porém essa etimologia não é o suficiente para diferenciar ciência de outras atividades que envolvem o aprendizado e o conhecimento. Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 80) ciência é “um conjunto de proposições logicamente correlacionados sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”.

Pode-se considerar a ciência como

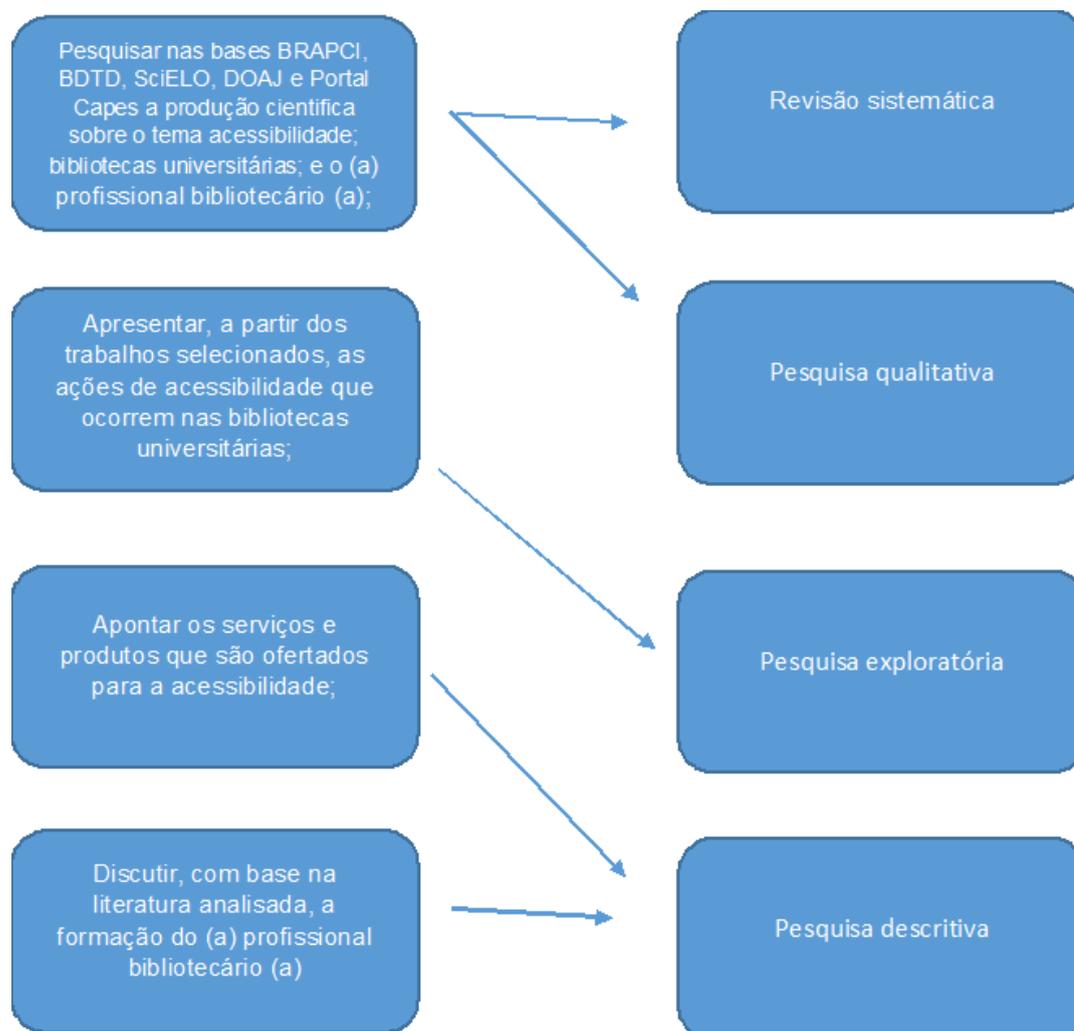
[...] uma forma de conhecimento que tem por objetivo formular, mediante linguagem rigorosa e apropriada - se possível, com auxílio da linguagem matemática -, leis que regem os fenômenos. Embora sendo as mais variadas, essas leis apresentam vários pontos em comum: são capazes de descrever séries de fenômenos; são comprováveis por meio da observação e da experimentação; são capazes de prever - pelo menos de forma probabilística - acontecimentos futuros. (GIL, 2006, p. 2).

Para Fonseca (2002), a palavra metodologia vem do latim, onde, *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação. Etimologicamente, ela significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Gerhard e Silveira (2009) apresentam a metodologia como “o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência.” Nesse contexto, para o desenvolvimento da pesquisa, apresenta-se a abordagem qualitativa.

A Figura 2 apresenta como o trabalho, em relação a metodologia foi estruturado, apresentando como cada objetivo se conecta com o tipo de pesquisa que está sendo utilizado.

Figura 2 - Fluxograma da metodologia do trabalho



Fonte: a autora

Quando a pesquisa qualitativa é abordada, o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados. Segundo Teixeira (2005), esse tipo de pesquisa tem as seguintes características:

- O pesquisador observa os fatos sob a óptica de alguém interno à organização;
- A pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação;
- O enfoque da pesquisa é mais desestruturado, não há hipóteses fortes no início da pesquisa. Isso confere à pesquisa bastante flexibilidade;
- A pesquisa geralmente emprega mais de uma fonte de dados.

Ao realizar uma abordagem qualitativa, Teixeira (2005, p. 140) cita que o mundo é visto com “[...] significados passíveis de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas nas matérias-primas dessa abordagem”. Esse nível dos

significados é o objeto da abordagem qualitativa, é apresentar os momentos, aspirações, atitudes, crenças e valores que se expressam pela linguagem comum e na vida cotidiana.

Quanto aos objetivos B, C e D expostos na Figura 2, eles se dividem em pesquisa exploratória e pesquisa descritiva. A pesquisa exploratória é o passo inicial no processo de exploração e um auxílio que segundo Silva (2011, p. 499) “traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas”. Silva também cita que a pesquisa exploratória “não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo”.

A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Esse tipo de pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação. (SILVA, 2011, p. 499).

A pesquisa descritiva, conforme Silva (2011, p. 497), “[...] observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características”.

E pode assumir diversas formas, como: estudos descritivos; pesquisa de opinião; pesquisa de motivação; estudo de caso; e pesquisa documental. Este projeto tem a forma de estudo descritivo, pois, assim como o estudo exploratório, ele fornece uma

[...] pesquisa mais ampla e completa, as tarefas de formulação clara do problema e da hipótese como uma tentativa de solução. Comumente se incluem nesta modalidade os estudos que visam a identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos, como também os que visam a identificar estruturas, formas, funções e conteúdo. (SILVA, 2011, p. 498).

O trabalho realizou uma revisão sistemática a respeito da acessibilidade nas bibliotecas universitárias e a formação do profissional bibliotecário. A revisão da literatura é um processo de busca de informações, em que é necessário realizar uma análise do conhecimento já produzido e também da descrição de um estudo em busca de uma resposta para uma pergunta específica. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020)

Dentro da revisão da literatura temos diversas tipologias, como: revisão crítica; integrativa; de mapeamento/mapa sistemático; de estudos ou métodos mistos; revisão rápida; do estado da arte; revisão sistemática etc.

A revisão sistemática, o foco do trabalho, é um método organizado e estruturado com o objetivo de avaliar um conjunto de dados resultantes de diferentes estudos publicados na literatura, em que visa reunir todas as evidências que correspondem aos critérios de elegibilidade estabelecidos para nortear o tema específico de pesquisa. (HIGGINS *et al.*, 2020).

Após a definição do tema para a revisão sistemática, selecionou-se as bases de dados para a pesquisa e os descritores utilizados. As bases selecionadas foram: BRAPCI, DOAJ, SciELO, BDTD e o Portal Capes. Para realizar a busca foi utilizado os mesmos descritores com palavras truncadas, sendo elas: *bibliotec* universitári* and biblioecári* and acessibilidade*.

Conforme a Tabela 1, é apresentada a quantidade de documentos recuperados, o filtro utilizado em cada base e a data em que as produções científicas foram coletadas.

TABELA 1 - Documentos recuperados nas bases selecionadas

Base de dados	Descritores	Documentos recuperados	Filtro	Data
BRAPCI	Acessibilidade <i>AND</i> <i>bibliotec* universitári* AND bibliotecári*</i>	7	Data: 2010 a 2022	05 set. 2022
BDTD	Acessibilidade <i>AND</i> <i>bibliotec* universitári* AND bibliotecári*</i>	10	Data: 2010 a 2022	5 set. 2022
DOAJ	Acessibilidade <i>AND</i> <i>bibliotec* universitári* AND bibliotecári*</i>	2	Não foi utilizado	5 set. 2022
Portal Capes	Acessibilidade <i>AND</i> <i>bibliotec* universitári* AND bibliotecári*</i>	11	Data: 2010 a 2022	5 set. 2022
SciELO	Acessibilidade <i>AND</i> <i>bibliotec* universitári* AND bibliotecári*</i>	5	Não foi utilizado	6 set. 2022

Fonte: a autora

Nas bases BRAPCI, BDTD e Portal Capes foi-se utilizado o filtro de ano, em que foi delimitado o ano de 2010 a 2022. Já nas bases SciELO e DOAJ não se utilizou nenhum tipo de filtro, pois, com ele não foi possível recuperar nenhum documento.

Após realizar as buscas em cada base, foi recuperado um total de 35 documentos que ainda não haviam passado pelos critérios de inclusão/exclusão.

No Quadro 4, apresenta-se os critérios de inclusão e exclusão adotados para realizar a revisão sistemática.

QUADRO 4 - Critérios escolhidos para a inclusão e exclusão dos documentos recuperados

Inclusão	Exclusão
A temática dos trabalhos. Ano do trabalho 2010 - 2022 nas bases BRAPCI, BDTD e Portal Capes Trabalhos completos Artigos/ teses e dissertações	Temática divergente da pesquisa Trabalhos até 2009 Documentos repetidos em diferentes bases Documentos que não atende a temática de acessibilidade

Fonte: a autora

A partir dos critérios estabelecidos, apresentados no Quadro 5, expõe-se que foram norteadores na análise e seleção das produções científicas recuperadas para a revisão sistemática.

3.1 Definição do universo e da amostra

O universo ou população é um conjunto de elementos que representam uma ou mais características em comum. E a amostra é quando nós extraímos um conjunto de observações do universo, o que se torna necessário para a realização da pesquisa. Nesse sentido o universo da pesquisa foram os artigos, teses e dissertações coletados nas bases de dados BRAPCI, DOAJ, SciELO, BDTD e Portal Capes, em um total de 35 documentos. A amostra foram os trabalhos selecionados que atenderam aos critérios de inclusão para realizar a revisão sistemática, totalizando 14 documentos.

Na próxima seção, apresenta-se a análise dos dados e as discussões acerca da produção científica selecionada.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nessa seção tem-se o objetivo de apresentar os dados coletados e analisados, organizados de forma cronológica para identificar o ano de cada pesquisa. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão nas produções recuperadas, o Quadro 5 apresenta os documentos selecionados que fizeram parte da revisão sistemática.

QUADRO 5 - Produções científicas selecionadas para a revisão sistemática (continua)

BASE DE DADOS	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	TIPO DE DOCUMENTO
CAPEB	Acessibilidade dos deficientes visuais e cegos à informações de bibliotecas na web	FERREIRA, Gabriela Ayres; CIANCONIN, Regina de Barros	2011	Artigo
BRAPCI	Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais as bibliotecas universitárias	FIALHO, Janaina Ferreira; SILVA, Daiane de Oliveira	2012	Artigo
BRAPCI	Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o Atendimento de usuários com deficiência visual	TABOSA, Hamilton Rodrigues; PEREIRA, Valeria Gomes	2013	Artigo
BDTD	Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	STROPARO, Eliane Maria	2014	Dissertação
BDTD	Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário	COSTA, Michelle Karina Assunção	2015	Dissertação
BDTD	Uso de linguagem documentária na busca da informação em bibliotecas universitárias: a perspectiva dos deficientes visuais	VITORINI, Érica Fernanda	2015	Dissertação
BRAPCI	Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	SANTOS, Kátia Gonçalves dos; CARVALHO, Kila Auxiliadora	2019	Artigo
BDTD	Inclusão digital na biblioteca universitária: desenvolvimento de competências informacionais dos usuários cegos com baixa visão do Espaço Acessibilidade da BICEN	SANTOS, Janaina Ferreira	2019	Dissertação

QUADRO 5 - Produções científicas selecionadas para a revisão sistemática
(conclusão)

SciELO	University libraries: The role of a accessible campus on the inclusion of users with special needs	DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro	2019	Artigo
BRAPCI	Acessibilidade e informação: a produção científica das universidades pública brasileiras sobre acessibilidade em bibliotecas	CARNEIRO, Kathlén	2020	Artigo
BRAPCI	Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária	PINHEIRO, Alejandro Campos; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi	2021	Artigo
BDTD	Os recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: uma abordagem para as pessoas com deficiência visuais	PINHEIRO, Alejandro de Campos	2021	Dissertação
SciELO	Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação	COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade de	2022	Artigo
BRAPCI	Biblioteca na vida acadêmica de um estudante surdo: um relato de experiência	WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; LINO, Carla C. Tescaro Santos; MANZINI, Eduardo José	2022	Artigo

Fonte: a autora

Conforme Quadro 5, observa-se que as produções científicas recuperadas e após o uso dos critérios de inclusão e exclusão, a grande maioria se repetia entre as bases e alguns não estavam de acordo com a temática da pesquisa. Por esta razão apenas 14 (quatorze) documentos passaram pela análise. No processo de pesquisa na DOAJ recuperou apenas 2 documentos que eram iguais na base com apenas leves alterações no título, e os documentos também se repetiam na base da BRAPCI. Na base do Portal Capes, foram recuperados 11 (onze) documentos, sendo que 6 (seis) se repetiam nas bases SciElo e BRAPCI, e os outros 5 (cinco) não se encaixam com os critérios da pesquisa.

4.1 Revisão sistemática dos trabalhos selecionados

As BUs enfrentam o desafio de adaptar seus espaços para as PcD, assim como disponibilizar acervos acessíveis que atendam suas demandas. Isso faz com que seja necessário encontrar alternativas quando ainda não foi possível agregar instrumentos que tornem o local acessível a todos.

Ao discutir a acessibilidade, Ferreira e Cianconi (2011, p. 153) citam que ela “diz respeito a locais, produtos, serviços ou informações efetivamente disponíveis ao maior número e variedade possível de pessoas independentes de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais”. A biblioteca universitária é parte da vida acadêmica do estudante, o que faz com que a acessibilidade seja “fundamental para que todos os usuários se sintam incluídos na sociedade, devendo haver uma preocupação, por parte dos profissionais, em adequar suas unidades de informação para atender toda uma diversidade de usuários”. (FIALHO; SILVA, 2012, p. 155).

O processo de adaptação à acessibilidade deve ser amplo e alcançar todos os setores da vida da PcD como a educação, comunicação, mercado de trabalho, saúde, lazer etc., possibilitando que tenha uma vida normal e digna. O acesso à informação permite que o usuário com deficiência tenha mais conhecimento sobre si mesmo e a tudo ao seu redor. “As pessoas com deficiência sentem-se discriminadas em algumas situações, por não conseguirem ter o acesso de forma mais independente às informações, no âmbito das bibliotecas”. (FIALHO; SILVA, 2012, p. 159).

Tabosa e Pereira (2013, p. 23) apresentam em seu texto o fato de como a informação é uma necessidade fundamental do ser humano e, para suprir essa necessidade, o profissional bibliotecário necessita se manter atualizado diante das novas tecnologias que estão disponíveis no mercado, para assim favorecer o acesso à informação aos usuários.

Os autores (2013, p. 23) ainda apontam que os bibliotecários do Estado do Ceará, a partir da pesquisa aplicada sobre a utilização e adaptação das BUs com algum tipo de TA, em sua maioria, comentam sabem o que é uma TA, mas em sequência ao solicitar uma descrição do que seria, poucos conseguem descrever uma. Assim como, algumas BUs optam por não aplicarem nenhum tipo por não terem o público-alvo para utilizá-las.

Se o principal objetivo de uma biblioteca universitária é a disseminação da informação para todos os usuários, por que não ter produtos e serviços voltados a acessibilidades disponibilizados independente de ter ou não um público-alvo para utilizá-los? Nas instituições públicas, mesmo com baixo orçamento, a pesquisa dos autores (2013) demonstra que há aceitação do acréscimo de materiais acessíveis. Já nas instituições privadas, as respostas mostraram que não há esse tipo de priorização, pelo fato de que algumas não têm um público-alvo e conseqüentemente não há demanda desse tipo de material. É possível entender que as instituições privadas trabalham de acordo com demandas de mercado e cuidam dos orçamentos, evitando gastos sem efetividade.

Ficou nítido que as instituições privadas preocupam-se em adequar suas instalações para o acesso arquitetônico nas bibliotecas, como rampas, corrimões, computadores com mesas adaptadas para cadeirantes. As instituições privadas consideram que não é necessário investir em tecnologias assistivas eletrônicas, pois não há um público-alvo, não há demanda. (TABOSA; PEREIRA, 2013, p. 28).

Ainda, os autores Tabosa e Pereira (2013) comentam que as instituições públicas não possuem muito investimento governamental, porém buscam se adaptar com poucos recursos para atender seus usuários com deficiência, como a digitalização do acervo.

Podemos perceber, nas instituições públicas, um grande avanço em busca de serem unidades informacionais acessíveis para todos, apesar das dificuldades financeiras, da lentidão das licitações/pregões, da falta de mão de obra especializada e da falta de conscientização dos demais setores que compõem a estrutura funcional. Essas unidades têm buscado desempenhar seu real papel, que é o de disponibilizar a informação a quem a busque, tornando-se bibliotecas acessíveis em seus ambientes estruturais com rampas e elevadores e, principalmente, disponibilizando a informação nos diversos suportes que o avanço tecnológico possibilita. A montagem de uma biblioteca inclusiva não é necessariamente dispendiosa. Devem-se buscar soluções como os softwares livres para usuários com deficiência. (TABOSA; PEREIRA, 2013, p. 29).

A falta de investimento por parte do governo nas BUs federais faz com que seja difícil tornar os acervos acessíveis de acordo com os padrões das dimensões de acessibilidade. Para garantir o acesso à informação e a permanência dos alunos com deficiência nas universidades, é fundamental que seja garantido condições facilitadoras, principalmente a adequação das bibliotecas, pelo fato de desempenharem um papel fundamental no processo educativo na vida dos alunos ao proporcionar informações que serão levadas para a vida pessoal e profissional.

Para Stroparo (2014) às BUs focam na acessibilidade arquitetônica, mesmo que não estejam totalmente de acordo com a NBR 9050:2020³ e acabam sendo insuficientes nas outras 5 dimensões da acessibilidade apresentada por Sasaki (2006), que são: comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. As instituições buscam desempenhar o papel de disponibilizar a informação a quem a busque, tornando as bibliotecas acessíveis em seus ambientes estruturais com rampas e elevadores. (TABOSA; PEREIRA, 2013).

Porém a montagem de uma BU acessível não é somente ter sua estrutura adaptada para as PcD, mas também ter um acervo que disponibilize materiais em Braille, *audiobook*, softwares que realizam traduções de textos, profissionais que saibam Libras e tenham capacitação especializada para saber como atender cada usuário, que se tenha balcões adaptados para cadeirantes, mapa tátil, impressoras em Braille etc.

As bibliotecas exercem papel fundamental nessa troca de conhecimento, por isso, devem oferecer todos os seus serviços de forma acessível a todos os usuários da universidade. Desse modo é importante realizar a avaliação de seus serviços para obter retorno de sua qualidade e satisfação dos usuários". (VITORINI, 2015, p. 8).

³ Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações quanto às condições de acessibilidade. [...] Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura, ou limitação de mobilidade ou percepção. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 16).

A autora (2014, p. 68), expõe que compete às BUs “[...] garantir acessibilidade a todos os alunos, oferecendo serviços e apoios em formato compatível com seus interesses e exigências”. Porém, a partir do momento que as PcD estão presentes nas universidades, cabe às instituições “[...] estarem adaptadas para receberem esta demanda e disponibilizar alternativas para os desafios encontrados na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior” (COSTA, 2015, p. 35). Para que o ambiente em que uma PcD está inserida, é necessário que toda a IES trabalhe em conjunto para melhor atendê-los. As BUs são apenas uma parte do processo de desenvolvimento acadêmico do estudante (SANTOS; CARVALHO, 2019).

[...] uma universidade preocupada com o acolhimento e com a acessibilidade de seus alunos com deficiência, que utiliza da legislação para se adaptar, que incentiva os seus profissionais a se capacitarem e respeita as diferenças, assume sua responsabilidade de maneira eficiente no processo de inclusão educacional, possibilitando a esses discentes a conclusão de seus estudos. (COSTA, 2015, p. 35)

Nessa perspectiva, segundo Pinheiro e Crivellari (2021, p. 40) “[...] as bibliotecas universitárias devem estar adequadas para receber e atender as necessidades desse público que, por possuir características físicas não habituais, exige que o espaço seja acessível para que seja usufruído em toda a sua potencialidade”. É por esta razão que a comunicação entre a IES e a biblioteca universitária é de extrema importância quando se trata de alunos com deficiência, pois, sem essa articulação de informações, não é possível desenvolver um plano estratégico para melhor atendê-los. Stroparo (2014, p. 169-170) concluiu em sua pesquisa que:

[...] as informações acerca dos alunos com deficiência não são articuladas entre as unidades da instituição e a biblioteca. Percebe-se todo o aporte dado durante a realização do vestibular e que posteriormente não se disponibiliza a notificação dos alunos com deficiência aprovados, para providências antecipadas. Nesse aspecto, a biblioteca só toma conhecimento quando o aluno se apresenta, o que sem dúvida contribui para a sua exclusão.

Se a IES não faz a integração entre o aluno e o bibliotecário, esse fica incapacitado de disponibilizar os produtos e serviços específicos para sua deficiência. As PcD “[...] demandam um acolhimento diferenciado, de mobilidade, de utilização de equipamentos e instalações especiais [...]” (COSTA, 2015, p. 36).

Costa (2015) a partir de sua pesquisa, apresenta essa falta de comunicação entre a IES e a biblioteca universitária:

Verificou-se que, ao questionar os profissionais a respeito de terem conhecimento sobre alunos deficientes matriculados nos cursos que a biblioteca atende diretamente e que são usuários potenciais, todos os entrevistados disseram que não possuem essa informação. Segundo os participantes, eles não são informados pelas unidades na qual pertencem, nem mesmo pela gestão do sistema de bibliotecas. Tal comportamento sinaliza para um problema de comunicação organizacional. (COSTA, 2015, p. 130).

A constante falta de informação e comunicação faz com que os usuários com deficiência se tornem "invisíveis" para a biblioteca universitária. "Tal desconhecimento impossibilita modificações que deveriam ocorrer nos espaços das BUs para que os usuários de fato estejam incluídos neste ambiente educacional." (COSTA, 2015 p. 141-142).

A biblioteca universitária atua como mediadora da informação e isto faz com que ela necessite preparar tanto seu espaço físico, quanto treinar seus profissionais para compreender as reais necessidades e a melhor forma de auxiliar o usuário com deficiência. Ainda avaliar a satisfação do mesmo em relação aos serviços prestados, se eles têm acesso a tudo ou se ainda necessita de algo para atendê-los por completo. (VITORINI, 2015, p. 26).

Reforça-se a ideia que o bibliotecário atua como gestor de informação, que promove o acesso irrestrito à informação para todos os usuários, considerando suas preferências, demandas e necessidade de atendimento, assim como suas limitações, sejam físicas, cognitivas etc. Pelo fato de o profissional ser um mediador da informação faz com que seja necessário conhecer e observar as necessidades das PcD que apesar de leis e decretos existentes, ainda encontram dificuldades para terem autonomia, mas que hoje estão presentes no ambiente universitário lutando pelos seus direitos educacionais. (COSTA, 2015, p. 59).

É pertinente falar sobre a formação profissional do bibliotecário e seu cotidiano para atender usuários com deficiência dentro das bibliotecas, destacando a necessidade de formação continuada, tornando-o capacitado com competências e habilidades necessárias para este fim.

Ter conhecimento sobre a acessibilidade em suas várias dimensões; das tecnologias assistivas (TA) utilizadas para determinado tipo de deficiência, são alguns dos exemplos que permite ao bibliotecário atuar com mais confiança diante das mudanças que o afetam. (COSTA, 2015, p. 60).

Um dos princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência é “a capacitação e disponibilização de profissionais em Braille, Libras e outros meios de comunicação alternativos” (BRASIL, 2015, *online*). A lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, garante que todos os locais devem disponibilizar um tradutor e intérprete de Libras, independentemente de ter ou não usuários surdos. Não há nenhuma lei que obrigue o bibliotecário a ter uma formação continuada voltada para atendimento acessível, podendo nesse sentido, contratar pessoas já formadas e capacitadas para atender os usuários com deficiência. Porém, sabe-se que ter um ambiente totalmente inclusivo e acessível pode ser um desafio por conta da falta de verba para as bibliotecas.

É contraditório que o profissional bibliotecário não precise ter uma formação continuada e capacitada para atender os usuários com deficiência. Nota-se que alguns cursos de Instituições Universitárias, como exemplo a FURG, disponibilizam em seu currículo a disciplina de Libras. Aproximando o futuro profissional dessa temática. Pois, espera-se que em uma biblioteca, o bibliotecário tenha contato direto com a PcD.

[...] o bibliotecário precisa se autoavaliar e sair muitas vezes da posição passiva e de acomodação na instituição. Ele deve demonstrar interesse, ser mais atuante e solicitar a sua presença em reuniões de departamentos e levar as suas chefias e aos pares, fatores que possam prejudicar na utilização do ambiente da biblioteca pelas pessoas com deficiência. (PINHEIRO; CRIVELLARI, 2021, p. 47).

Ao analisar os resultados da pesquisa de Stroparo (2014, p. 147), foi possível perceber que “há pouco interesse dos profissionais com relação à capacitação para prestar atendimento aos alunos com deficiências, porque não existe a demanda”. Alguns respondentes, da pesquisa do autor, afirmam que houve treinamentos ofertados, porém, a adesão não foi total nas bibliotecas, mas alguns servidores tentaram atrair o restante dos colegas a participar para que eles tivessem uma noção de como agir e como melhorar o atendimento para estes usuários. Outros entrevistados nunca ouviram falar de capacitação especializada e normalmente buscam atender as PcD na base da boa vontade.

Na pesquisa de Diniz, Almeida e Furtado (2019, p. 11, tradução nossa), se é concluído que os bibliotecários “continuam investindo na sua formação e educação de forma contínua, porém acessibilidade e inclusão não são parecem ter domínio, o que faz necessário oferecer treinamento voltado a esse tema [...]”⁴.

É necessário ressaltar que a capacitação especializada é um dos fatores fundamentais para se ter um atendimento de qualidade voltado aos alunos com deficiência, porém não é somente a capacitação por si só que acabará com a exclusão.

Lidar com concepções de preconceitos e estigmas requer mudanças de hábitos e de mentalidade de uns em relação aos outros. A inclusão não é algo que se fala, mas algo que se vive, concretamente. A mudança deve refletir nas atitudes, nas ações e nas falas. Se não houver mudança, não haverá inclusão. (STROPARO, 2014, p. 149).

Uma das maneiras de eliminar essas barreiras de preconceito e estigmas é o convívio com as PcD. Sasaki (2006, p.68) menciona que a "convivência da diversidade humana nos locais de trabalho" auxilia na adaptação da acessibilidade atitudinal em todos os ambientes. E Costa (2015), aponta grande parte dos bibliotecários entrevistados possuíam pouco contato com PcD antes de atuar em uma BU, no qual eles justificando dizendo que quase nunca conviveram com alguma pessoa que possuísse algum tipo de deficiência, mas que estes preconceitos e estigmas são algo que está enraizado em nossa cultura.

Conforme expõe Costa (2015, p. 96), um dos bibliotecários participantes de sua pesquisa, comenta que as PcD não encontram muitas dificuldades em ser aceita em todos os locais: "[...] acho que ela é bem aceita. De uma maneira geral ela é bem aceita. Então ela não tem muita dificuldade de participar de um grupo [...]". Os estudantes com deficiências que foram entrevistados não relataram nenhum caso de preconceito ou discriminação nos espaços das bibliotecas, mas isso não quer dizer que fora desses espaços a vida dessas pessoas seja fácil ou que sejam aceitos em todos os espaços sociais.

⁴ [...] have been investing in their continuous training and education, “accessibility” and “inclusion” are not topics in which they seem to have expertise, which calls for the need of offering specific training in this field [...] (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2019, p. 11).

Buscando valorar a temática, Carneiro (2020) realizou um levantamento bibliográfico sobre a produção científica das universidades públicas brasileiras no tema acessibilidade em bibliotecas, em repositórios institucionais (RI). Pelos dados da pesquisa, foi possível notar que há uma grande discussão a respeito da atuação do bibliotecário no que diz respeito ao atendimento dos usuários com deficiência. A autora (2020, p. 34) concluiu que “possibilitar o acesso à informação se tornou um desafio para os bibliotecários [...]”.

Isso pressupõe que a democratização da informação seja cada vez mais uma questão social, no entanto, ainda é um paradigma a ser solucionado, vez que as suas nuances apresentam cada vez mais complexidades que representam os desafios da própria sociedade. A acessibilidade informacional das pessoas com deficiência, por exemplo, é um desafio para as unidades de informação por se tratar não somente do tornar a informação disponível, mas refletir sobre as barreiras atitudinais e físicas para alcançar as pessoas que possuem impedimentos corporais. (CARNEIRO, 2020, p. 34).

O bibliotecário precisa se adaptar a essa realidade e as exigências que as PcD demandam. Por isso, a necessidade de realizar treinamentos, cursos de capacitação e até mesmo documentos que auxiliem durante o atendimento de um usuário com deficiência a biblioteca universitária. Deve partir do bibliotecário a busca por “mudanças necessárias para promover as condições adequadas para que a informação desejada se torne acessível em ser utilizada pela pessoa com deficiência, seguindo as especificidades de cada um deles.” (PINHEIRO; CRIVELLARI, 2021, p. 48).

Velicam, Lino e Manzini (2022, p. 297) apresentam uma discussão sobre a experiência de um aluno surdo em uma BU. Em um momento da entrevista o entrevistado conta como o bibliotecário e a equipe da biblioteca o “evitam”. “[...] não tinha intérprete e as pessoas nem chegavam perto de mim. Eu acho que elas sentem receio ou medo de chegar perto de uma pessoa surda porque não conseguem se comunicar em Libras [...]” (WELLICHAN; LINO; MANZINI, 2022, p. 297).

Como exposto pelos autores (2022), foi possível notar a falta de contato dos bibliotecários com PcD, demonstrando que ainda há um julgamento negativo e limitador em relação a essas pessoas. Isso faz com que seja necessário investir na capacitação do bibliotecário e equipe por métodos variados, como cursos de atualização, leituras, palestras com profissionais especializados em deficiência, e, principalmente, ter contato com PcD, que permite se ter uma maior compreensão do universo dessas pessoas e suas necessidades (WELLICHAN; LINO; MANZINI, 2022, p. 293).

No texto de Santos (2019, p. 33) o bibliotecário não deve ter uma relação de neutralidade por ser “[...] incompatível com o processo de mediação, pois a relação mediador/usuário se constrói através da interação e da troca e envolve aspectos psíquicos, conjunturais e sociais”. A mediação é construída não apenas pelo bibliotecário e usuário, mas sim, pelo todo que os cerca.

Tornar a biblioteca universitária em um ambiente referência em acessibilidade, necessita-se do apoio da IES (investimento governamental, caso seja uma instituição federal) e do bibliotecário que atua no local. Para conseguir realizar este objetivo, trabalho em conjunto é relevante, pois, um não funcionará sem o outro. Um ponto que também é importante, é ouvir os usuários com deficiência que fazem uso da biblioteca. “É preciso conhecer o usuário da informação e o que ele necessita por meio do estudo de usuário para que cada informação chegue a ele e vice-versa. “(COSTA; OLIVEIRA, 2022, p. 170).

O usuário com deficiência também tem as suas preferências por determinados recursos informacionais e tipos de acesso. Essa particularidade deve-se à especificidade da tipologia da deficiência, para o conforto do seu estudo, para a sua independência, autonomia para uma pesquisa ou leitura, entre outros aspectos. (COSTA; OLIVEIRA, 2022, p. 172).

A partir do momento que o bibliotecário tem conhecimento de quem é esse usuário, do que ele necessita para utilizar e frequentar as unidades de informação e quais são suas demandas informacionais, se torna possível determinar como seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos poderão ser mais bem organizados para um atendimento de excelência. Ter esta noção permite que se tenha uma equipe mais capacitada, modernizando os produtos e serviços, adaptando o espaço da BU e adquirindo materiais para o leitor certo. (COSTA; OLIVEIRA, 2022, p. 172).

[...] a capacitação da equipe de colaboradores da biblioteca universitária para que o atendimento da pessoa com deficiência visual seja exímio de estereótipos e preconceitos relacionados à cor, religião e sexualidade contribuindo para que a acessibilidade atitudinal seja exercida com dignidade e respeitando as individualidades de cada pessoa. (PINHEIRO, 2021, p. 97).

Os direitos democráticos de acesso à informação, à educação e à cultura estendem-se à PcD. Por esta razão, as bibliotecas devem desenvolver estratégias para que os produtos e serviços sejam acessíveis a todos os usuários.

Os ambientes de uma biblioteca universitária, desde a chegada ao prédio até a circulação pelo ambiente devem ser acessíveis, sendo livres de barreiras físicas, garantindo acesso para as pessoas com deficiências físicas; disponibilizar tecnologias (*softwares*) apropriadas para os usuários com deficiência visual; assim como também intérpretes de Libras e *softwares* para os deficientes auditivos.

Tanto na pesquisa de Stroparo (2014) e de Costa (2015) os alunos com deficiência entrevistados relatam que encontravam dificuldades para obter textos que eram utilizados pelos professores em sala de aula, não havia lupas ou *softwares* que pudessem utilizar, não havia computadores com telas maiores ou máquinas Braille.

Ao se tratar de deficiência, às tecnologias contemporâneas disponibilizam uma grande quantidade de recursos que podem ser utilizados para tornar os ambientes digitais mais acessíveis, porém há especificidades oriundas de cada deficiência que se caracterizam como desafios à acessibilidade. (SILVA, 2019, p. 48).

Com isso, entende-se que não é somente a capacitação do profissional bibliotecário que torna o ambiente acessível, é necessário criar serviços e produtos voltados para cada tipo de usuário com deficiência. A adequação da biblioteca é um trabalho em conjunto, em que deve se planejar quais produtos e serviços serão disponibilizados, estudar quais PcD fazem uso do ambiente e o que será melhor para tornar o local acessível.

Quanto às mudanças que ocorrem no âmbito das BU, pode-se mencionar a presença delas no ambiente virtual com destaque para as redes sociais que favorecem um contato mais próximo com os usuários e também mais rápido para a disseminação da informação, exigindo à profissional nova forma de atender os usuários online e ter atenção à acessibilidade no espaço virtual. (COSTA; OLIVEIRA, 2022, p. 183).

Além de disponibilizar produtos que permitem que os usuários com deficiência utilizem o acervo físico da biblioteca universitária, também é necessário pensar em maneiras de garantir que os que não conseguem se locomover até o local consigam ter acesso à informação. Digitalizar o acervo e disponibilizar como uma biblioteca virtual, permitir que reservas e renovações sejam feitos *online* já é um avanço na inclusão.

Ressalta-se que, a biblioteca universitária tem que estar preparada para receber a pessoa com deficiência tanto do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, com a presença de rampas, elevadores, piso podotátil, sinalização em Braille, como na acessibilidade informacional, por meio da presença de recursos de TA, como leitores de tela, ampliadores de tela, acervo em Braille, áudio, para que a informação de fato esteja acessível e seja alcançada a todas as pessoas, inclusive, as pessoas com deficiências visuais. E o mais importante dentre os tipos de acessibilidade, a que se refere ao aspecto atitudinal, ao valorizar as necessidades informacionais das pessoas com deficiência, ao saber ouvi-la, compreendê-la, isento de julgamentos pelo seu estereótipo, sem discriminação e reconhecê-la como cidadão. (PINHEIRO, 2021, p. 96).

Pode-se dizer que o caminho para a inclusão e acessibilidade nas bibliotecas brasileiras é “[...] cheio de percalço, constituindo-se como relativamente nova a sua discussão no cotidiano das bibliotecas que só será construído e efetivado com a participação de todos”. (COSTA; OLIVEIRA, 2022, p. 168). Esse esforço de trabalho em conjunto permite a quebra de barreiras que já não deviam existir, essa contribuição é uma luta pelo respeito à cidadania, pelo cuidado de garantir o direito à educação para todos, mas sobretudo, da permanência com sucesso dos alunos com deficiência dentro dos espaços acadêmicos e entre sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa contribuiu para incitar reflexões sobre a necessidade de adequar as BUs com acessibilidade e como a capacitação do profissional bibliotecário é importante para um melhor atendimento e auxílio no que se refere aos usuários com deficiência. Contribuiu também para analisar ações de acessibilidade aplicadas nas BUs, apresentar questionamentos e ponderações que poderão auxiliar no desenvolvimento de produtos e serviços inclusivos.

A revisão sistemática foi realizada baseando-se no objetivo geral que era investigar a acessibilidade nas BUs e o (a) bibliotecário (a). O objetivo geral permitiu que fosse desenvolvido 4 objetivos específicos que ampliaram a análise das produções científicas selecionadas.

O objetivo específico A, foi pesquisar nas bases BRAPCI, BDTD, SciELO, DOAJ e Portal Capes sobre o tema acessibilidade, biblioteca e o bibliotecário. No processo de pesquisa e coleta dos documentos, realizou-se a busca com os descritores de forma truncada, pois ao fazer isto, os resultados foram mais específicos para a revisão. Também foi utilizado filtro de ano em algumas das bases para se ter documentos mais atualizados sobre a temática, porém, duas das bases não foi possível utilizar filtro pelo fato de não ter resultados. Após coletar as produções científicas, foi definido critérios de inclusão e exclusão para que não houvesse uso de textos que não se encaixavam com a temática ou que se repetia com outras bases. Ao utilizar estes critérios, foi possível realizar um refinamento do que condizia com os objetivos do trabalho.

Em relação ao objetivo B, buscou apresentar, a partir dos trabalhos selecionados, as ações de acessibilidade nas BUs. Ao analisar e discutir os textos selecionados foi possível identificar que, as BUs enfrentam algumas dificuldades para conseguir acessibilizar seu espaço para as PcD, pois, algumas dependem de investimento governamental e outras justificam que precisam de demandas, para investir em acessibilidade. Observou-se que, em alguns casos, não há comunicação entre a IES e a biblioteca universitária. Conforme as pesquisas analisadas que apresentam relatos de bibliotecários que apontam não saberem de alunos deficientes até eles chegarem na biblioteca.

A falta de comunicação traz invisibilidade para o aluno com deficiência, se a existência deles não é “reconhecida” dentro da IES, o profissional bibliotecário fica incapacitado de disponibilizar produtos voltados para a sua necessidade. Isto faz com que seja necessário a aplicação de políticas públicas e institucionais para que essas situações sejam extintas.

Uma das preocupações e, conseqüentemente, uma das ações mais aplicadas dentro da biblioteca universitária é a acessibilidade arquitetônica, em que os espaços são adaptados com rampas, elevadores, espaçamento entre estantes, estacionamento com vagas reservadas, portas automáticas etc. As outras dimensões de acessibilidade quase não tiveram destaque nos textos, o que é preocupante, pois é necessário garantir que o espaço esteja acessível a todos os tipos de usuários e deficiências.

O planejamento para disponibilizar produtos e serviços dentro e fora da biblioteca universitária, faz com que as outras dimensões de acessibilidade sejam aplicadas. O foco do objetivo C é apontar os serviços e produtos que são ofertados nas BUs de acordo com os textos. Em todos os textos é apontado o uso de rampas e elevadores, pois, atualmente os prédios são novos ou já passaram por reforma. Porém, a grande maioria de produtos e serviços citados são sugestões a serem aplicadas nos ambientes.

Há diversos tipos de *softwares* gratuitos que permitem tradução para Libras, assim como recursos que aumentam as telas, ou leem os textos, que permite que você digitalize algum documento para o usuário deficiente etc. Além de TA, também há impressoras em braile (algo que é pouco conhecido e usado em bibliotecas), livros em braile, lupas, teclados colmeia etc.

Um dos principais serviços necessários para a acessibilidade na biblioteca universitária é que se tenha algum profissional intérprete da língua de Libras e, durante a análise dos textos, foi possível identificar que quase nenhum (a) bibliotecário (a) fala a língua e a biblioteca não disponibiliza um tradutor. Houve vários relatos de que a IES possui intérpretes, porém, há uma certa dificuldade de conseguir a ajuda do mesmo por conta da disponibilidade de agenda. Ao ter um usuário surdo na biblioteca universitária, é preciso que se tenha ao menos uma pessoa que tenha a formação continuada voltada à acessibilidade, pois, o (a) bibliotecário (a) é o mediador da informação e conseqüentemente deve atender igualmente todos os usuários da biblioteca.

Após analisar e discutir, com base na literatura analisada, a formação do (a) profissional bibliotecário (a), conforme o objetivo D, identificou-se que, a partir das pesquisas analisadas, que ter uma formação continuada voltada à acessibilidade não é uma prioridade para eles. Um dos motivos é que nem sempre se tem um usuário com deficiência na biblioteca e isso pode fazer com que eles não sintam necessidade de ter a formação continuada sobre a temática.

O (a) bibliotecário (a), como já citado, enquanto mediador da informação precisa saber como atender todos os tipos de usuários. E na análise dos textos foi identificado que os principais desafios que o bibliotecário enfrenta vão desde a falta de conhecimento sobre a legislação brasileira no que concerne à acessibilidade, sobre língua de Libras e outros recursos para atender e interagir com a PcD. A capacitação do profissional é fundamental para o atendimento adequado às necessidades específicas, mas apenas isto não elimina as exclusões, os preconceitos e os estigmas que cercam as PcD. A inclusão depende de mudanças de atitudes, que necessitam ser incorporadas aos hábitos de atendimento.

Pode-se concluir que ainda há um longo caminho a percorrer para tornar as BU e os profissionais bibliotecários em referências à acessibilidade. A acessibilidade na BU se efetiva também por meio do diálogo com os estudantes deficientes, pois, ao ouvir suas experiências, às vezes positivas, outras nem tanto, toca e sensibiliza o bibliotecário a perceber que tem em mãos o poder de realizar mudanças no seu local de trabalho. As PcD possuem o direito ao acesso à informação, e as bibliotecas têm a função de garantir que as informações sejam preservadas e disseminadas a todos. Se a biblioteca é para todos, então ela é para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emily Lima Galdino de; VILA, Monise Danielly Pessoa. A BIBLIOTECA E SUAS TIPOLOGIAS. *In*: Congresso de gestão pública do Rio Grande do Norte, 13^o, 2019, Natal. **Anal.** Disponível em:

<http://congesp2019.rn.gov.br/anais/publiatuais/27.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2015. Disponível em: http://accessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

BATTLES, Mathew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações: **CBO - 2010**. 3. Ed. Brasília. TEM, SPPE, 2010^a. Disponível em:

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 de mai. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, 2011.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9034.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre as normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 18 mai. 2022.

CARNEIRO, K. Acessibilidade e informação: a produção científica das universidades públicas brasileiras sobre acessibilidade em bibliotecas = accessibility and information: the scientific production of brazilian public universities on accessibility in libraries. **Revista Bibliomar**, v. 19, n. 2, p. 25-36, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150381>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de Estabelecimento **de padrões para bibliotecas universitárias**. -. Fortaleza: Brasília: UFC: ABDF, 1981. 71p., tab. -. (Coleção biblioteconomia; 1). Bibliografia: p. 55-60. *E-book*.

COSTA, M. K. A. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, p. 163, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_bebf1b3fd77e1558429f5df2fd60454a. Acesso em: 2 dez. 2022.

COSTA, M. K. A.; MOREIRA, C. D. S.; OLIVEIRA, D. A. Acessibilidade em bibliotecas, no horizonte da agenda 2030. **Revista Folha de Rosto**, v. 7, n. 3, p. 86-113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46902/2021n3p86-113>. Acesso em: 29 jun. 2022.

COSTA, M. K. A.; OLIVEIRA, D. A. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 160-189, jan/mar 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/24988>. Acesso em: 2 dez. 2022.

CUNHA, M.B.; CAVALCANTI, C.R.O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DINIZ, I.C.S.; Almeida, A.M.; Furtado, C.C. University libraries: The role of an accessible campus on the inclusion of users with special needs. **Transinformação**, v.31, e180029, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e180029>. Acesso: 21 dez. 2022.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

FERREIRA, Aurélio B. **Mini Aurélio século XXI escolar**. Editora nova fronteira, 2001.

FERREIRA, G. A., & Cianconi, R. de B. (2011). Acessibilidade dos deficientes visuais e cegos às informações de bibliotecas universitárias na web. **Informação & Sociedade: Estudos**, 21(2). Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10248>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1980. *E-book*.

FERREIRA, Rosângela Rocha; CHAGAS, Kenilce Reis. O bibliotecário como mediador no processo de inclusão do surdo em bibliotecas universitárias. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n. 1/2, jan. /dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/6623/4274>. Acesso em: 08 jul. 2022.

FIALHO, J. F.; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 153-168, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37823>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FILGUEIRA, B. L. A.; BARROS, A. C.; SILVA, E. R.; LAZZARIN, F. A. R. Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência no contexto do ensino superior na universidade federal do cariri. **Revista Folha de Rosto**, v. 4, n. Especial, p. 25-33, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119229>. Acesso em: 03 out. 2022.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, 1983. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71176>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FRAZ, J. N.; HOT, D. F. M.; MOREIRA, G. E.; RODRIGUES, G. M.; HOTT, D. F. M. Tecnologia assistiva: produtos e serviços disponíveis na internet. **Ponto de Acesso**, v. 13, n. 3, p. 70-84, 2019. DOI: 10.9771/rpa.v13i3.35225. Acesso em: 08 jun. 2022.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, São Paulo, 1998.

FUJITA, M. S. L. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15 n.2 2005, n. 2, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91372>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GERHARD, Engel Tatiana; SILVEIRA, Tolfo Danise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HIGGINS, J. P. T. et al. **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.1 (updated September 2020)**. Cochrane, 2020. Disponível em: <https://training.cochrane.org/online-learning>. Acesso em: 12 set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliação in loco e novos instrumentos de avaliação de instituições de educação e cursos de graduação**: subsídios para a atuação de procuradores institucionais (PI). Brasília, DF: INEP/MEC, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/avaliacao_in-loco/Capacitacao_Procuradores_Educacionais_Institucionais_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=21097>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 13 jun. 2022.

LEIS, Decretos e Resoluções. **CRB 10**, s.d. Disponível em: <https://www.crb10.org.br/nlegis.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LOURENÇO, C. A.; DIAS, C. C. 65 anos do curso de biblioteconomia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/34291>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MIRANDA, S. N. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO**. 2015. 175 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11904/Dissertação%20Sulamita%20Miranda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jun. 2022.

_____. **Acessibilidade em bibliotecas: de rangathan à agenda 2030**. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1669-1683, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2534>. Acesso em: 19 jun. 2022.

NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 173-193, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38665>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível

em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

PINHEIRO, A. C. **Os recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais**. 2021. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/35700>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PINHEIRO, A. C.; CRIVELLARI, H. M. T. Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária. **Informação em Pauta**, v. 6, n. Especial, p. 32-52, 2021. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v6iespecial.2021.62529.32-52 Acesso em: 21 dez. 2022.

PORTELA, Miguel Ângelo Bueno; PORTELA, Daniel Arcanjo Bueno. **Acessibilidade e o uso da biblioteca por usuários surdos**: estudo de caso com estudantes surdos do curso à distância de Letras-Libras do polo da Universidade de Brasília. 2011. 156 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <
http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2528/1/2011_MiguelPortela_DanielPortela.pdf
>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SANTA ANNA, Jorge. Biblioteconomia e sociedade: resgatando o pensamento de Jesse Shera. In: SANTA ANNA, Jorge; SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira da (Org.). **Biblioteconomia Social**: possíveis caminhos para construção da cidadania. Belo Horizonte: ABMG, 2018. p. 14-22. Disponível em:
<http://repositorio.febab.org.br/files/original/41/4601/BiblioteconomiaSocial.pdf>.
Acesso em: 08 jul. 2022.

SANTOS, Anaise de Santana. **Inclusão digital na biblioteca universitária: desenvolvimento de competência informacional nos usuários cegos e com baixa visão do Espaço Acessibilidade da BICEN**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em:
<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12341>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SANTOS, K. G. D.; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no centro federal de educação tecnológica de minas gerais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13 No 1, n. 1, p. 5-19, 2020. DOI: 10.26512/rici.v13.n1.2020.22362 Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 2,

p. 175-189, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2986>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7 Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. Disponível em: <https://documentos.tips/download/inclusao-construindo-uma-sociedade-para-todos-romeu-k-sasaki>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SCHWARCZ, Lilia M. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: companhia das letras, 2002.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000300008>. Acesso em: 28 jul. 2022.

SILVA, Fabiana Sena da. Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada. In: GUERRA, Rafael Angel Torquemada [et al]. **Cadernos Cb Virtual**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011, p. 482 - 546. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biologia/novo_site/Biblioteca/Livro_2/8-METODOLOGIA.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

SILVEIRA, F. J. N. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “moderno profissional da informação”. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 3, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92971>. Acesso em: 21 jul. 2022.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do sistema de bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 260, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_73af31f8343aea89dc00e60bc47ef868. Acesso em: 2 dez. 2022.

SUMARES, Gustavo. **Uma das universidades mais antigas do mundo fica no Marrocos; conheça outras**. *Estudar fora: S.I.*, 2022. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/universidades-mais-antigas-do-mundo/#>. Acesso em: 28 jan. 2023.

TABOSA, H. R.; PEREIRA, V. G. Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o atendimento de usuários com deficiência visual. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81149>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição socioeconômica e estrutural. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**, 2., 1981, Brasília. Anais, Brasília: CAPES, 1981. p. 9-30. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

TEIXEIRA, Elizabeth. **AS TRÊS METODOLOGIAS**. 8 Ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

TRESSINO, Camila Schoffen; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Da exclusão e sofrimento à inclusão social e leitura: a Biblioteca de São Paulo como referência de biblioteca inclusiva no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2282>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisao-de-literatura/>. Acesso em: 15 out. 2022.

VITORINI, Érica Fernanda. **Uso da linguagem documentária na busca da informação em bibliotecas universitárias: a perspectiva dos deficientes visuais**. 2015. 86 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124480>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

WELLICHAN, D. S. P.; LINO, C. C. T. S.; MANZINI, E. J. Biblioteca na vida acadêmica de um estudante surdo: um relato de experiência. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 12, n. 2, p. 284-304, 2021. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i2p284-304 Acesso em: 20 dez. 2022.

ANEXO A – Documentos excluídos durante a seleção de acordo com os critérios de inclusão e exclusão

BASES	TÍTULOS	AUTORES	ANO	TIPO DE DOCUMENTO
BRAPCI	Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia	PAULA, Sonia Nascimento; CARVALHO, José Oscar Fontaine	2009	Artigo
BDTB	Acesso à literatura técnico-científica por discentes cegos da Universidade Federal do Pará	PINHEIRO, Alexandre Lobo	2019	Dissertação
BDTB	A implementação das novas tecnologias da informação e suas implicações nos processos de trabalho dos bibliotecários: um estudo de caso no Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA NIB/UFMA	COSTA, Maria de Fátima Oliveira	2015	Dissertação
BDTB	Os recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: uma abordagem para as pessoas com deficiência visuais	PINHEIRO, Alejandro de Campos	2021	Dissertação
BDTB	O uso dos e-books por professores de universidade federais: novos olhares sobre as bibliotecas	REIS, Juliani Menezes dos	2017	Dissertação
BDTB	Análise de variáveis da qualidade de vida em campus universitários: um estudo de caso	MELLO, Joelma Medeiros de	2012	Dissertação
CAPES	Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária	CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; PINHEIRO, Alejandro de Campo	2021	Artigo
CAPES	Aspectos que interferem no acesso à informação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias	LAZZARIN, Fabiana Aparecida; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de	2015	Artigo
CAPES	Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais as bibliotecas universitárias	FIALHO, Janaina Ferreira; SILVA, Daiane de Oliveira	2012	Artigo
CAPES	Ferramentas para a mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais	NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza	2014	Artigo
CAPES	Avaliação da usabilidade de um website de sistema de bibliotecas universitárias	LIMA, Silvia Regina Ferreira; FURNIVAL, Ariadne Chloe	2021	Artigo
CAPES	Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD - 2005 a 2018	FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; ALMEIDA, Maria Amélia	2019	Artigo
CAPES	Obstáculos para a expansão do uso dos e-books na sociedade brasileira	MARTINS, Robson Dias	2016	Artigo
CAPES	Estudo na literatura indexada na base Scopus sobre acessibilidade na web	GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de	2020	Artigo
CAPES	Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia	PAULA, Sonia Nascimento; CARVALHO, José Oscar Fontaine	2009	Artigo

CAPES	University libraries: The role of a accessible campus on the inclusion of users with special needs	DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro	2019	Artigo
DOAJ	Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia	PAULA, Sonia Nascimento; CARVALHO, José Oscar Fontaine	2009	Artigo
DOAJ	Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia Information accessibility: proposal in a discipline for librarian undergraduate courses	PAULA, Sonia Nascimento; CARVALHO, José Oscar Fontaine	2009	Artigo
SCIELO	Ferramentas para a mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais	NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza	2014	Artigo
SCIELO	Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais as bibliotecas universitárias	FIALHO, Janaina Ferreira; SILVA, Daiane de Oliveira	2012	Artigo
SCIELO	Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia	PAULA, Sonia Nascimento; CARVALHO, José Oscar Fontaine	2009	Artigo